

USP

CCN

PPG
50
COM

SEGURANÇA E LIBERDADE DE IMPRENSA

Ameaças a jornalistas no Brasil



Organizadoras:

**Elizabeth Saad
Daniela Osvald
Aianne Amado**

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

S456 Segurança e liberdade de imprensa : [recurso eletrônico] ameaças a jornalistas
no Brasil / organizadoras Elizabeth Saad, Daniela Osvald, Aianne Amado. –
São Paulo: ECA-USP, 2025.
PDF (71 p.) : il. color.

ISBN 978-85-7205-318-1

1. Jornalismo - Brasil. 2. Liberdade de imprensa - Brasil. 3. Jornalistas - Brasil.
4. Democracia - Brasil . I. Saad, Elizabeth. II. Osvald, Daniela. III. Amado, Aianne.

CDD 23. ed. – 079.81

Elaborado por: Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

Apoio



Safety Matters:

Research and Education on the Safety of
Journalists in Cooperation between
Norway/Brazil/South Africa and USA

Dedicatória

*Aos jornalistas e profissionais da imprensa comprometidos com a verdade e a
qualidade da informação — em especial àqueles que resistem, mesmo diante do
cerceamento e da insegurança.*

Sumário

Prefácio <i>Lizete Nóbrega</i>	6
 Apresentação Liberdade de imprensa, expressão e democracia sob tensão: um estudo de casos recentes no Brasil <i>Elizabeth Saad, Daniela Osvald e Aianne Amado</i>	 10
 Capítulo 1 Violência do narcotráfico, omissão do Estado e ameaça ao dever de informar <i>Natália de Sena Carneiro e Edgar Wilfford Miranda Alvino</i>	 22
 Capítulo 2 Vozes silenciadas: racismo, transfobia e violência de gênero no jornalismo brasileiro <i>Riza Amaral Lemos e Rafael Rodrigues Pereira</i>	 28
 Capítulo 3 Violência jurídica contra comunicadores científicos no Brasil: O caso do Nunca Vi 1 Cientista <i>Letícia Assis Almeida da Silva e Vitória Paschoal Baldin</i>	 39
 Capítulo 4 E a editoria cultural? A (falta de) segurança de jornalistas no carnaval de 2025 <i>Aianne Amado e Mario Sergio Assumpção de Andrada e Silva</i>	 47
 Capítulo 5 Caso Renaud Philippe: agressão a jornalistas na cobertura de retomadas indígenas em Mato Grosso do Sul <i>Diego Macedo e Mylena Fraiha</i>	 57
 Autores e organizadoras	 67

Prefácio

Lizete Nóbrega

A missão do jornalismo é narrar a história: relatar acontecimentos cotidianos, acompanhar processos políticos e sociais, investigar possíveis violações... enfim, dar à sociedade um panorama do mundo e fornecer elementos para compreender a realidade. Via de regra, o jornalista não é o personagem do jornalismo — o sujeito das reportagens. O profissional se coloca como mediador, não como conteúdo. No entanto, essa inversão vem se tornando cada vez mais comum à medida que a violência contra eles se intensifica.

Este livro surge em um importante momento. O ano de 2025 é o período em que mais países foram apontados como zonas "muito graves" para a liberdade de imprensa desde que o levantamento da organização Repórteres Sem Fronteiras começou a ser feito anualmente em 2013. Isso significa que, em 23% dos países, "a liberdade de imprensa está praticamente ausente e o exercício do jornalismo é extremamente perigoso"¹. Apenas 3,8% dos países estão em uma zona considerada "boa" — todos eles europeus.

Atualmente, um dos exemplos mais visíveis da violência contra jornalistas se materializa na guerra em Gaza. Desde o início do conflito entre Israel e Hamas, em 2023, no contexto dos amplos ataques lançados pelos israelenses, mais de 210 jornalistas foram mortos, pelo menos 57 deles foram alvos intencionais enquanto exerciam a sua profissão, de acordo com a RSF. A título de comparação, a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais somadas ceifaram a vida de 69 jornalistas, três vezes menos que o conflito atual.

¹ Repórteres sem fronteiras, disponível em: https://rsf.org/pt-br/ranking-mundial-da-rsf-2025-enfraquecimento-econ%C3%B4mico-dos-meios-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-uma-das-principais?year=2025&data_type=general. Acesso em: 17 out. 2025.

Porém, a violência não se materializa apenas na eliminação física, embora essa seja a sua face mais cruel e extrema. Esta obra, ao reunir diferentes episódios, reforça isso e apresenta diversas nuances de violações contra esses profissionais — do carnaval à cobertura policial, ninguém está ileso. Seguindo o que já é bem apontado pela literatura acadêmica (Slavcheva-Petkova et al., 2023), o livro parte do princípio de que as ameaças ao jornalismo assumem muitas formas.

Elas se manifestam para além da violência física que abrange assassinato, agressão, detenção, sequestro, desaparecimento... Mas também alcançam a violência psicológica, que busca silenciar e desestabilizar emocionalmente a partir de intimidação, assédio, discurso de ódio, e a violência digital com a vigilância e exposição de dados. A precarização financeira e as condições instáveis de trabalho também se somam a esse cenário, funcionando como mecanismos de controle e desmobilização. Essas violações corroem a base institucional do jornalismo e comprometem sua função pública de garantir o direito à informação.

No Brasil, o cenário tem suas especificidades, mas não se desloca da realidade mundial. Em 2024, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) registrou 210 casos de violação à liberdade de imprensa no país². O número é 36% menor que o catalogado em 2023, mas houve um aumento na gravidade dos casos. A situação brasileira também melhorou no ranking oficial da Repórteres Sem Fronteiras³, em que alcançou a 63ª posição em 2025 — havia chegado a ocupar a 111ª posição em 2021. A organização reflete que o cenário político do país impactou positivamente para esse salto, especialmente pelos ataques sistemáticos do ex-presidente, Jair Bolsonaro, à instituição do jornalismo nos anos em que ocupou o cargo.

Apesar de institucionalmente o cenário ser mais positivo, com ações do Executivo para o fortalecimento do jornalismo, a criação de um Observatório

² Monitoramento de ataques no Brasil a jornalistas 2024, disponível em: <https://www.abraji.org.br/publicacoes/monitoramento-de-ataques-a-jornalistas-no-brasil>. Acesso em: 17 out. 2025

³ <https://rsf.org/pt-br/pais/brasil>. Acesso em: 17 out. 2025

Nacional da Violência contra Jornalistas e Comunicadores Sociais e um discurso público a favor da categoria, os casos de violação não cessam da mesma forma. Em 2024, o Brasil passou por eleições municipais e a Coalizão em Defesa do Jornalismo mapeou ataques à imprensa nas redes sociais⁴ e fora delas durante o período, entendendo também que a polarização política inflama as agressões. No total, foram registrados mais de 57 mil ataques no X, Instagram e TikTok que envolviam desde comentários direcionados a organizações de mídia a ofensas direcionadas a profissionais, onde o fator gênero moldou o teor das hostilidades.

Os achados desse levantamento reforçam o que o monitoramento da Abraji indicou: uma mudança no perfil dos agressores. No relatório da organização, pontuou-se que, pela primeira vez, “os principais responsáveis pelos ataques não foram agentes estatais, mas sim cidadãos comuns, incluindo figuras públicas sem cargo eletivo”. Essa mudança de padrão indica algo preocupante: a naturalização dos ataques à imprensa e a impregnação do discurso anti jornalismo na sociedade.

O cenário é acompanhado — e impulsionado — por mutações políticas, tecnológicas e sociais. Atualmente as intimidações contra profissionais e veículos não partem apenas dos detentores do poder ou dos “alvos” de determinada investigação jornalística, mas de todo e qualquer usuário de rede social incomodado com qualquer cobertura, aumentando exponencialmente as possíveis agressões, que podem começar e terminar no ambiente digital ou migrar para o mundo físico.

As dinâmicas das plataformas digitais que priorizam conteúdos inflamatórios em prol do engajamento contribuem para o cenário, assim como novas formas de fazer política que estrangulam o debate saudável na esfera pública. A conjuntura pode ficar ainda mais complexa se colocamos na equação a precarização crescente do ecossistema jornalístico e o avanço significativo das inteligências artificiais — que podem ao mesmo tempo trazer ameaças aos profissionais com as *deepfakes*, como também aprofundar a crise do modelo de negócios das instituições.

⁴ https://emdefesadojornalismo.org.br/wp-content/uploads/2024/12/CDJor_Relatorio_Final_12.12.pdf. Acesso em: 17 out. 2025.

O panorama não é dos mais animadores, mas talvez por isso mesmo precise ser aprofundado, sobretudo a realidade brasileira. E este livro cumpre bem esta missão por duas principais razões: ampliar o raio do entendimento sobre as violações a jornalistas e dar nome e contexto aos casos que podem se perder ao serem contabilizados apenas como números.

Nas dimensões continentais do Brasil cabem muitas realidades e as formas de violência podem ser diferentes daquelas vivenciadas em outros países, ainda mais se considerarmos as dinâmicas do Sul e do Norte global. Dessa forma, mapear diferentes casos que partem de diferentes intencionalidades e territorialidades é salutar. Os leitores deste livro vão poder ampliar seus olhares sobre o que é violência, como ela pode se dar em localidades diversas e como suas motivações podem ser distintas. Desmistificar a violência física — ainda a considerando em toda a sua gravidade — como única forma de violência é necessário para uma conscientização e combate mais efetivo.

Um segundo ponto de contribuição da obra é a humanização dos casos. Para além de contabilizar números de agressões — o que ocupa um lugar importante no mapeamento e acompanhamento da liberdade de imprensa no país —, o livro busca aprofundar casos específicos, localizando as vítimas e teorizando sobre esses ataques, promovendo assim um olhar mais detido para cada uma das violações. Refletir sobre cada um desses efeitos e sobre as consequências que eles provocam tanto no indivíduo como no ecossistema informacional brasileiro é uma colaboração valiosa.

É necessário, cada vez mais, enquadrar a violência contra jornalistas como uma violência contra a democracia. Sem jornalismo não há democracia. Sem cidadãos bem informados não há esfera pública. Porque sem liberdade para investigar, questionar e narrar os fatos, nutre-se um terreno fértil para o autoritarismo e a desinformação.

Liberdade de imprensa, expressão e democracia sob tensão: um estudo de casos recentes no Brasil

Elizabeth Saad, Daniela Osvald e Aianne Amado

As inseguranças brasileiras contra jornalistas têm uma longa história. Há registros de ocorrências desde o período colonial, e os eventos evoluíram até os dias atuais. No Brasil, o relatório de 2024 emitido pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) destaca que os ataques continuam, mas se tornaram “mais sofisticados e perigosos”. O documento alerta para uma mudança da violência física para “formas estruturais de silenciamento, como o assédio judicial e a censura”.

De acordo com uma análise longitudinal de 1982 a 2024, extraída do banco de dados abertos criado pelo Observatório OBCOM – Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da USP e baseada em relatórios da FENAJ, houve quase 300 ataques contra jornalistas apenas no estado de São Paulo, o maior do Brasil. Se analisarmos todos os estados brasileiros, esse número se multiplica por mais de dez vezes. Em 2024, por exemplo, foram registrados 144 ataques.

Nas últimas décadas, houve um aumento global de ataques contra regimes democráticos e, especificamente, contra a cobertura jornalística dessa situação. Tanto em zonas de conflito quanto em áreas de disputas territoriais e de poder, há registros contínuos de assassinatos, sequestros, censura, assédio e diversas formas de perseguição. Considerando a presente década, o cenário de insegurança brasileiro contra a mídia, jornalistas e representantes de instituições democráticas aumentou significativamente devido às enormes transformações em nossa sociedade — como as polarizações políticas, a desinformação, a crise econômica e o protagonismo das plataformas de mídia social.

Ao mesmo tempo, a formação acadêmica nos cursos de graduação e pós-graduação em jornalismo revela que a maioria deles não está plenamente preparada para enfrentar essas complexidades. A maioria dos nossos 327 cursos de graduação e 54 programas de pós-graduação em Comunicação – campo onde se insere o jornalismo – não possui disciplinas específicas que abordem o amplo espectro de inseguranças, como segurança física, cobertura de conflitos, proteção de jornalistas, e agressões de gênero e étnico-raciais. A maior parte das iniciativas é conduzida por ONGs ou associações profissionais, e não por universidades, sendo oferecidas como cursos curtos de treinamento.

Esse cenário nos leva a formular um conjunto de estratégias e atividades que possam integrar as lacunas acadêmicas com a realidade brasileira sobre as práticas jornalísticas sob tensão em torno de questões de segurança, violência e assédio. Assim, organizamos um plano de longo prazo para desenvolver e consolidar essas ações no programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação da USP.

Dois passos iniciais e paralelos foram concluídos com sucesso.

O primeiro e mais frutífero foi o estabelecimento de uma parceria acadêmica internacional, liderada pela Oslo Metropolitan University (Noruega) e financiada pelo Conselho Norueguês de Pesquisa.

Trata-se de um programa de cinco anos que também inclui a Universidade de Tulsa (EUA) e a Wits University (África do Sul). O principal objetivo dessa iniciativa acadêmica é contribuir para a segurança dos jornalistas, formando pesquisadores de jornalismo em nível de doutorado nas ferramentas analíticas e práticas necessárias para investigar, compreender e melhorar a segurança dos jornalistas em um cenário transnacional em constante transformação, marcado por inseguranças políticas e físicas.

Este e-book é um dos resultados desse projeto e será detalhado adiante.

A segunda ação está relacionada à construção de uma base teórica comum sobre os amplos temas englobados pelo projeto, ao mesmo tempo em que busca

identificar as singularidades do contexto brasileiro. A primeira etapa consistiu em realizar uma revisão sistemática da literatura, como tarefa em andamento.

A partir disso, recuperamos os conceitos de Johan Galtung (1969; 1990) e sua proposta das camadas da violência — direta, cultural e estrutural —, e acrescentamos a perspectiva de Taylor O'Connor (2020), que desdobra a tipologia de Galtung em um mapeamento mais detalhado, correlacionando-a com aspectos de forças sociais amplas, como guerras, pobreza, atores sociais dominantes e ações comunitárias.

Para O'Connor, essas ocorrências refletem os efeitos dos níveis de visibilidade latente definidos por Galtung nas sociedades — e não a violência cultural e estrutural em si.

O'Connor, então, subdivide a violência direta em ocorrências pessoais, interpessoais e comunitárias. A violência estrutural é mais difícil de ser identificada por cidadãos comuns, pois está embutida nas estruturas políticas e econômicas, nas organizações e nos grupos sociais. Assim, o autor classifica os efeitos que a violência estrutural causa por meio de eventos (como guerras e desigualdades) e seus perpetradores. Já a violência cultural, também difícil de perceber, manifesta-se em elementos simbólicos, como a literatura, os monumentos, as especificidades linguísticas e as celebrações cívicas.

Combinamos as abordagens dos dois autores para chegar a um conceito comum:

“A violência está presente quando os seres humanos estão sendo influenciados de modo que suas realizações somáticas e mentais reais estão abaixo de suas realizações potenciais” (Galtung: 1969, p. 168). Assim, para abarcar os objetivos deste artigo, o termo violência compreende, mas não é limitado a atos e ações verbais e digitais, agressões físicas, obstruções e obstáculos ao trabalho do jornalista, práticas judiciais e de aplicação da lei e restrições à liberdade de expressão e, conseqüentemente, da liberdade de imprensa, que o impedem de realizar seu pleno potencial de apurar e relatar fatos seguindo o método jornalístico apropriado. (Ramos; Saad, 2022, p. 3)

Em seguida, comparamos e adaptamos esses conceitos aos estudos brasileiros. Para isso criamos, em 2022, uma disciplina anual no programa de pós-graduação em

Comunicação da USP, com o objetivo de disseminar e fixar conceitos e práticas relacionados à segurança no jornalismo. A disciplina *“Novos paradigmas e dimensões da violência no campo da Comunicação: assédios e ameaças aos jornalistas e comunicadores”* já formou 43 pós-graduandos e especialistas.

Em paralelo à disciplina, oferecemos treinamento para 13 doutorandos do PPGCOM-USP que vivenciaram um período na Oslo Metropolitan University (OsloMet) para o desenvolvimento de pesquisa acadêmica realizada em grupos multiculturais do projeto. A proposta destas atividades em grupo, além de proporcionar uma convivência com diferentes contextos e realidades, agrega ao nosso campo de atividades um conjunto de pesquisadores-jornalistas que já estão atuando como disseminadores da temática sobre violências e assédios.

Por último, toda a mobilização que vem sendo empreendida desde os primeiros contatos e convites da OsloMet resultou na criação e disponibilização de uma base de dados interativa, aberta ao público, hospedada pelo OBCOM-USP (obcom.net.br/vis/), em parceria com a FENAJ, que possibilita diferentes correlações de informações, como por exemplo, tipos de violências e assédios, autores das mesmas, locais das ocorrências, gênero, entre outras possibilidades.

Esperamos que a continuidade destas atividades, já consolidadas no escopo de nossa pós-graduação, possa construir uma consciência coletiva dos campos do Jornalismo e das Ciências da Comunicação sobre uma temática que nos impacta cotidianamente.

Sobre o livro

Os capítulos reunidos neste e-book resultam do trabalho acadêmico de estudantes de pós-graduação da Universidade de São Paulo, apresentados como trabalhos finais da disciplina a *“Novos paradigmas para dimensões de violência no campo*

*da Comunicação: assédios e ameaças aos jornalistas e comunicadores*⁵, ministrada pela Prof. Dra. Daniela Osvald Ramos e pela Profa. Dra. Elizabeth Nicolau Saad-Correa.

A proposta feita aos alunos consistiu em articular o referencial teórico discutido ao longo do curso com casos concretos do contexto brasileiro contemporâneo. O livro, portanto, apresenta estudos de caso que, ao mesmo tempo em que refletem sobre as condições de (in)segurança e vulnerabilidade de jornalistas no país, também funcionam como registro documental de recentes violações democráticas à liberdade de imprensa e de expressão no Brasil.

Embora se insira em uma literatura já consolidada sobre segurança jornalística, liberdade de imprensa e violência contra comunicadores, esta obra se distingue por seu caráter específico e profundamente brasileiro. A amplitude temática dos estudos aqui reunidos reflete a complexidade das ameaças enfrentadas por jornalistas e comunicadores no Brasil. Desta forma, cada capítulo parte de acontecimentos que não apenas ocorreram no Brasil, mas que só poderiam ter emergido da conjuntura particular do país — marcada por desigualdades estruturais, violência sistêmica, tensões entre Estado e sociedade civil e pela intersecção entre poder político, econômico e simbólico. Trata-se, portanto, de uma contribuição que não apenas descreve episódios isolados de violência, mas ajuda a compreender as dinâmicas estruturais que tornam o exercício do jornalismo no país um ato de resistência democrática.

Em diversos países da América Latina não é incomum encontrar territórios em que o poder formal do Estado é substituído ou sobreposto por dinâmicas de controle exercidas por organizações criminosas, fenômeno conhecido como *governança criminal*. No entanto, essa configuração alcança no Brasil uma expressão distintivamente ampla – segundo dados publicados pela Cambridge University Press (Uribe et al., 2025), o país concentra o maior percentual da população vivendo sob regimes de poder impostos por grupos criminosos em todo o subcontinente:

⁵A ementa da disciplina pode ser acessada em: <https://uspdigital.usp.br/janus/componente/disciplinasOferecidasInicial.jsf?action=3&sgldis=CJE5041>. Acesso em: 10 out. de 2025.

estima-se que cerca de 26% dos brasileiros (entre 50,6 e 61,6 milhões de pessoas) estejam submetidos, de algum modo, a esse tipo de domínio paralelo. É nesse contexto que se insere o primeiro capítulo do livro, assinado por Natália de Sena Carneiro e Edgar Wilfford Miranda Alvino, dedicado à análise de dois episódios paradigmáticos de violência contra jornalistas brasileiros que, ao exercerem sua função de informar, colocaram em risco interesses de facções organizadas. O primeiro caso remonta a 2006, quando o repórter Guilherme Portanova, da TV Globo, foi sequestrado e mantido em cativeiro pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo (SP). O segundo, ocorrido quatorze anos depois, em 2020, refere-se ao assassinato do jornalista Léo Veras, em Ponta Porã (MS), executado dentro de sua casa após uma série de reportagens investigativas sobre o narcotráfico na fronteira entre Brasil e Paraguai. A análise conjunta desses casos revela a dimensão e a sofisticação da governança criminal no país, que, além de impor lógica própria de controle territorial, estabelece mecanismos de silenciamento que atingem diretamente o jornalismo investigativo.

O segundo capítulo trata de desigualdades estruturais profundamente enraizadas em nossa sociedade: o racismo e a violência de gênero. A discriminação racial no Brasil é herança direta de um longo e brutal período escravocrata, responsável pelo sequestro e tráfico de mais de 4 milhões de africanos para terras brasileiras – fato histórico central para entender nossa formação social, uma vez que, desde nossa colonização, foram 388 anos de escravidão legalmente instituída e meros 137 anos fora desse regime. Mesmo após a abolição da escravidão, em 1888, o Estado brasileiro manteve-se omissivo quanto à integração social, econômica e política da população negra, negando-lhe condições mínimas de cidadania e perpetuando um sistema de exclusão – de modo que as consequências desse infeliz “passado” ainda são deveras presentes em nossa sociedade: em 2025, 84% da população negra afirmam já ter sofrido discriminação racial (Moura, 2025).

Já o machismo brasileiro, embora não se alicerce em um momento histórico delimitado, faz eco aos papéis de gênero historicamente impostos, que associam o

homem à liderança e à esfera pública, e a mulher ao cuidado doméstico e familiar. As brasileiras conquistaram o direito ao voto em 1932, a igualdade formal de direitos na Constituição de 1988 e, apenas em 2022, o direito reprodutivo de realizar a laqueadura sem autorização do cônjuge⁶. Com tais garantias surgindo a vagarosos passos, a desigualdade de gênero persiste de forma alarmante: cerca de 84,5% das pessoas no país, independentemente do gênero, expressam algum tipo de preconceito contra mulheres. Os índices mais graves dizem respeito à integridade física: a cada seis minutos, uma mulher é vítima de violência sexual, e a cada seis horas, uma mulher é assassinada em casos de feminicídio (ONU, 2023; Nossa Causa, 2025).

As estatísticas tornam-se ainda mais dramáticas quando se cruzam com as dissidências de gênero e sexualidade: em 2022, mais de 11 mil pessoas LGBTQIA+ foram vítimas de algum tipo de agressão motivada por sua orientação sexual ou identidade de gênero, sendo pessoas transexuais e travestis as mais afetadas (38,5%) (Barbosa, 2025). Pelo 16º ano consecutivo, o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos contra a população trans (Narcisa; Bonets, 2025).

Riza Amaral Lemos e Rafael Rodrigues Pereira tocam nessas feridas ao jogar luz sob às violências sofridas pelas jornalistas Joyce Ribeiro, mulher negra; Alana Rocha, mulher trans; e Sara York, mulher travesti. Todas foram vítimas de ataques motivados pelo exercício de suas profissões, mas agravados por seus marcadores sociais. Ao retratar esses casos, os autores evidenciam a dimensão simbólica da agressão contra jornalistas, e, em especial, as múltiplas camadas de vulnerabilidade que se sobrepõem a determinados corpos e identidades no campo da comunicação.

Apesar de ser considerado um país digitalizado, o Brasil é também uma nação com baixo letramento digital visto que, dentre nossa população, há um evidente contraste entre o acesso à tecnologia e capacidade crítica de utilizá-la: apenas 24,4%

⁶ Ver:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/03/03/entra-em-vigor-lei-que-dispensa-aval-do-conjuge-em-procedimentos-de-esterilizacao>. Acesso em: 13 out. 2025.

da população economicamente ativa do país tem domínio sobre habilidades digitais básicas (Amaral, 2023). Esse baixo letramento digital é agravado por desigualdades regionais, baixa escolarização e a insuficiente educação digital nas escolas, mas também pode ser explicado pelo rápido crescimento de aparelhos digitais e de conectividade, que não veio acompanhado de políticas públicas estruturadas de educação digital. Assim, embora mais de 89% da população tenha acesso à internet e o país figure entre os maiores consumidores de mídias digitais, grande parte dos usuários as utiliza de forma pontual, voltada principalmente ao entretenimento e à comunicação pessoal, sem desenvolver habilidades para avaliar, interpretar e produzir informações de forma crítica: estudos de 2024 apontam que 9 em cada 10 brasileiros já acreditaram em notícias falsas (Mello, 2024), apontando o país como a população com maior dificuldade de identificar desinformação (Cozman, 2024).

O baixo letramento digital do brasileiro se tornou ainda mais evidente durante a pandemia de COVID-19, período em que a população passou a depender intensamente da internet e o contexto político estava centralizado no governo de Jair Bolsonaro, que não apenas falhou em combater a desinformação, como, em diversos momentos, *propagou* ele próprio notícias falsas sobre a crise sanitária. Os usuários, então, tornaram-se alvos fáceis de *fake news*, teorias conspiratórias e orientações de saúde errôneas, que se reproduziam com rapidez em redes sociais digitais. É esse o plano de fundo do terceiro capítulo, escrito por Letícia Assis Almeida da Silva e Vitória Paschoal Baldin, que analisa a violência jurídica sofrida pelas comunicadoras e cientistas Ana Bonassa e Laura Marise, acusadas judicialmente — e condenadas em primeira instância — por se posicionarem contra a desinformação e corrigirem informações falsas. O caso ilustra como o aparato judicial pode ser instrumentalizado como alvo de intimidação e ameaça para silenciar vozes críticas, comprometidas com a veracidade e o interesse público.

Somos um país amplamente reconhecido por nossa efervescência cultural, que atinge seu ponto máximo durante o mês de fevereiro, quando o país inteiro se mobiliza para celebrar o Carnaval, considerado a maior festa popular do mundo. Em

todos os Estados, o feriado assume diferentes expressões: das escolas de samba no Rio de Janeiro aos trios elétricos de Salvador, passando pelos blocos de rua que tomam conta das ladeiras de Olinda. Apenas em 2025, estima-se que o evento tenha movimentado cerca de R\$ 12 bilhões na economia nacional, consolidando-se como um dos principais motores de receita do país (Alves, 2025), além de atrair aproximadamente 287 mil turistas internacionais (Embratur, 2025). Entretanto, por trás das fantasias e da música alegre, o Carnaval revela um lado marcado por contradições sociais que levam ao aumento de violência e hostilidade no período festivo. Os casos relatados no quarto capítulo — vivenciados pelos jornalistas Marcelo Rubens Paiva, Bruno Santos, Josué Amador, Bianka Carvalho e Fabrício Lobel — descrevem diferentes formas de agressão sofridas por profissionais da mídia durante a cobertura da festa (em alguns casos enquanto ainda estavam ao vivo no ar!) ou mesmo ao serem reconhecidos fora do trabalho. Ao evidenciarem esses episódios, os autores Aianne Amado e Mario Sergio Assumpção de Andrada e Silva chamam atenção para pautas pouco abordadas no debate sobre segurança no jornalismo, em específico, a pauta cultural e de entretenimento – cujos riscos não são tão explícitos quanto o jornalismo investigativo, por exemplo, mas não por isso deixam de ser relevantes.

O Brasil, um dia habitado exclusivamente por povos indígenas, abriga hoje cerca de 1,7 milhão de pessoas — o equivalente a 0,83% da população nacional — pertencentes a 305 povos originários distintos e falantes de 274 línguas (National Geographic Brasil, 2025). Nos últimos anos, o país tem avançado na criação de novas iniciativas públicas e privadas voltadas à proteção dessa população, culminando na criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), instituído no início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sob a liderança da ministra Sônia Guajajara, primeira mulher indígena a ocupar um cargo ministerial no Brasil, o órgão tem como missão central defender os direitos territoriais, culturais e de segurança física das comunidades indígenas. Essas ações, contudo, respondem a uma realidade persistente e alarmante de violência: apesar da garantia legal às terras

demarcadas, os povos indígenas seguem sofrendo invasões sistemáticas de grileiros, fazendeiros, caçadores, madeireiros e garimpeiros, movidos pela exploração econômica de territórios legalmente protegidos. Apenas em 2024, foram registrados 1.241 casos de violência contra o patrimônio indígena em todo o país (Cimi, 2024), evidenciando a continuidade de práticas coloniais e o enfraquecimento da presença estatal em regiões de conflito fundiário. O quinto capítulo deste livro se debruça sobre um desses episódios, ocorrido em 2023, na área de retomada guarani-kaiowá, em Iguatemi (MS). O caso envolveu o jornalista canadense Renaud Philippe e sua equipe, que foram ameaçados, agredidos e assaltados enquanto investigavam a luta dos povos indígenas pela recuperação de seus territórios ancestrais. Para além da violência física, o episódio revela dimensões simbólicas e estruturais mais profundas – a normalização da violência contra comunicadores e povos originários, bem como a morosidade das instituições em oferecer respostas efetivas e justas.

Os casos expostos dão nomes e rostos aos jornalistas afetados pela insegurança e violência atrelada ao seu ofício – não para vitimizá-los, mas sim para enaltecer o compromisso dos mesmos com o dever de informar e a coragem de persistir, mesmo em situações adversas. Além disso, cada capítulo vem acompanhado de um mapa que indica os estados da federação em que os casos aconteceram, localizando os episódios. Com isso, não visamos delimitar ou restringir supostos “focos” de violência, apenas situar o leitor, evidenciando que, embora as diferenças regionais existam e devam ser consideradas, a segurança de jornalistas é um tema a ser debatido amplamente em todo território brasileiro.

Que a leitura deste livro sirva como convite à ação — acadêmica, política e profissional. A liberdade de imprensa permanece como um dos pilares vitais da democracia, e este livro se propõe, antes de tudo, a ser um manifesto em sua defesa.

Referências

AMARAL, B. do. Brasil tem índice de habilidades digitais abaixo da média na América Latina. **Teletime**, 26 abr. 2023. Disponível em: <https://teletime.com.br/26/04/2023/brasil-tem-indice-de-habilidades-digitais-abaixo-da-media-na-america-latina/>. Acesso em: 14 out. 2025.

ALVES, A. P. Carnaval 2025: qual é o impacto financeiro da folia no bolso e na economia? **Forbes Brasil**, 28 fev. 2025. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2025/02/carnaval-2025-qual-e-o-impacto-financeiro-da-folia-no-bolso-e-na-economia/?utm>. Acesso em: 14 out. 2025.

ASOCIACIÓN CIVIL COMUNICACIÓN PARA LA IGUALDAD. **Medios sin violencia**. Buenos Aires, 2024. Disponível em: <https://comunicarigualdad.com.ar/medios-sin-violencias/>. Acesso em: 12 out. 2025.

BARBOSA, F. População LGBTQIA+ denuncia mais casos de violência no país: comunicações ao Disque 100 passam de 5,7 mil até setembro. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 26 out. 2024. Atualizado em: 26 out. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-10/populacao-lgbtqia-denuncia-mais-casos-de-violencia-no-pais>. Acesso em: 12 out. 2025.

CIMI. Relatório Violência Contra Povos Indígenas no Brasil – 2024: primeiro ano de vigência da Lei do Marco Temporal foi marcado por conflitos e violência contra povos em luta pela terra. **Conselho Indigenista Missionário (CIMI)** 28 jul. 2025. Disponível em: <https://cimi.org.br/2025/07/relatorioviolencia2024/>. Acesso em: 14 out. 2025.

COZMAN, F. Relatório da OCDE mostra que brasileiros são os piores em identificar notícias falsas. **Rádio USP**, 19 jul. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/relatorio-da-ocde-mostra-que-brasileiros-sao-os-piores-em-identificar-noticias-falsas/>. Acesso em: 14 out. 2025.

EMBRATUR. **We are folia!** Levantamento da Embratur mostra que 287 mil estrangeiros devem curtir Carnaval no Brasil. Notícias, 24 fev. 2025. Disponível em: <https://embratur.com.br/2025/02/24/we-are-folia-levantamento-da-embratur-mostra-que-287-mil-estrangeiros-devem-curtir-carnaval-no-brasil/>. Acesso em: 14 out. 2025.

FENAJ. **Violência contra jornalistas diminui em 2024, mas FENAJ alerta**: censura e assédio judicial estão em alta. Brasília, 2024. Disponível em: <https://fenaj.org.br/violencia-contrajornalistas-diminui-em-2024-mas-fenaj-alerta-censura-e-assedio-judicial-estao-em-alta/>. Acesso em: 12 out. 2025.

GALTUNG, J. Cultural violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

COZMAN, F. Relatório da OCDE mostra que brasileiros são os piores em identificar notícias falsas. Rádio USP, 19 jul. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/relatorio-da-ocde-mostra-que-brasileiros-sao-os-piores-em-identificar-noticias-falsas/>. Acesso em: 14 out. 2025.

MOURA, B. de F. Quase 85% da população preta afirma ter sofrido discriminação racial. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 20 maio 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-05/quase-85-da-populacao-preta-afirma-ter-sofrido-discriminacao-racial>. Acesso em: 12 out. 2025.

NARCISA, T; BONETS, V. Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, aponta dossiê. **CNN Brasil**, Belém, 27 jan. 2025. Atualizado em: 11 abr. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-e-travestis-aponta-dossie/>. Acesso em: 12 out. 2025.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. Dia dos Povos Indígenas: qual é a maior nação indígena do Brasil? **National Geographic Brasil**, 18 abr. 2025.. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2025/04/dia-dos-povos-indigenas-qual-e-a-maior-nacao-indigena-do-brasil>. Acesso em: 14 out. 2025.

NOSSA CAUSA. Os dados não mentem: machismo mata! **Nossa Causa**, 12 mar. 2025. Disponível em: <https://nossacausa.com/2025/03/os-dados-nao-mentem-machismo-mata/>. Acesso em: 12 out. 2025.

O'CONNOR, T. **A typology of violence: mapping structural and cultural violence**. 2020. Disponível em: <https://medium.com/skilluped/a-typology-of-violence-6abc98247355>. Acesso em: 8 out. 2025.

ONU. 90% da população mundial tem algum preconceito contra mulheres. **ONU News**, 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/06/1815832>. Acesso em: 13 out. 2025

RAMOS, D.; SAAD, E.. A VIOLÊNCIA CULTURAL CONTRA JORNALISTAS NO BRASIL: uma proposta de tipologia e análise do período. In: **ANAIS DO 31º ENCONTRO ANUAL DA COMPOS**, 2022, Imperatriz. Anais eletrônicos..., Galoá, 2022. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2022/trabalhos/a-violencia-cultural-contra-jornalistas-no-brasil-uma-proposta-de-tipologia-e-an?lang=pt-br>. Acesso em: 13 Out. 2025.

RSF – REPORTERS SANS FRONTIÈRES. **RSF's 2024 round-up**: journalism suffers exorbitant human cost due to conflicts and repressive regimes. Paris, 2024. Disponível em: <https://rsf.org/en/rsf-s-2024-round-journalism-suffers-exorbitant-human-cost-due-conflicts-and-repressive-regimes>. Acesso em: 12 out. 2025.

UNESCO. **Journalists at the frontlines of crises and emergencies**: highlights of the Director-General's report on the safety of journalists and the danger of impunity. Paris: UNESCO, 2024. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000391763>. Acesso em: 12 out. 2025.

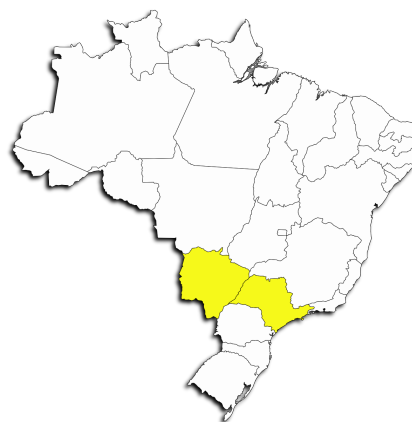
URIBE, A. et al. Criminal Governance in Latin America: Prevalence and Correlates. **Perspectives on Politics**, p. 1–19, 12 ago. 2025.

VANNUCHI, C. Desinformação e democracia. **Estudos Avançados**, v. 39, n. 113, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202539113.018>. Acesso em: 12 out. 2025.

Capítulo 1

Violência do narcotráfico, omissão do Estado e ameaça ao dever de informar

*Natália de Sena Carneiro e
Edgar Wilfford Miranda Alvino*



No Brasil, ser jornalista é viver sob o risco de que a palavra escrita ou falada se transforme em sentença de morte. Em 2024, embora tenha havido uma redução de 54% no número de ataques a jornalistas no país, a imprensa ainda sofreu algum tipo de agressão a cada cinco dias, totalizando 72 casos de violência não letal (Abert, 2025). A cobertura de crimes envolvendo o narcotráfico, a corrupção e a omissão do Estado é uma das searas que coloca profissionais da imprensa em rota direta com a violência.

Dois episódios recentes ajudam a compreender a gravidade da violência contra jornalistas no Brasil. Em ambos, profissionais que cumpriam seu compromisso de informar viram-se arrancados da condição de repórteres para a de vítimas. Em 2006, o repórter Guilherme Portanova foi sequestrado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) e mantido em cativeiro até que a TV Globo atendesse a uma exigência inédita: exibir em rede nacional o manifesto de uma facção criminosa. A emissora, que deveria pautar o debate público, foi pautada pela lógica do crime. Catorze anos depois, em 2020, Léo Veras foi executado dentro de casa, diante da família, por insistir em investigar a presença do mesmo poder paralelo na fronteira entre Brasil e Paraguai.

Neste capítulo, tomamos esses dois episódios como pontos de partida para refletir sobre a persistência da violência contra jornalistas no Brasil. Entre a

chantagem que obrigou uma emissora a ceder e a execução que calou uma voz na fronteira, revela-se um cenário em que a atividade jornalística se confunde com risco permanente, e em que o direito à informação depende da resistência de quem decide, apesar do medo, continuar falando.



*Da esquerda para a direita: Guilherme Portanova, Alexandre Calado e Leo Veras.
(Imagens: Virgula; Globoplay; Abraji)*

O sequestro de Guilherme Portanova

Em 12 de agosto de 2006, o repórter Guilherme Portanova e o técnico Alexandre Calado, da TV Globo, foram sequestrados por integrantes do PCC em São Paulo. O caso ocorreu num tempo em que a cidade ainda reverberava uma sequência de ataques coordenados pela facção, que meses antes havia paralisado o estado e imposto medo aos moradores

Os dois foram abordados quando chegavam para trabalhar na emissora. Calado foi libertado horas depois, com um DVD nas mãos. O recado era direto: o repórter só sairia vivo se a TV Globo exibisse, na íntegra, o vídeo gravado pelo grupo.

Portanova ficou mais de 40 horas em cativeiro. Durante esse tempo, a emissora negociava sob silêncio. O caso mobilizou redações, autoridades e famílias. O jornalista era mantido como moeda de troca por um alcance televisivo que a facção poderia ter naquele momento.

O vídeo, de três minutos, trazia um homem encapuzado lendo as exigências e reivindicações do grupo. Falava em “tratamento mais digno” para os presos, denunciava maus-tratos nas penitenciárias e exigia mudanças no Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), que isolava os chefes do PCC.

O vídeo era uma demonstração de força. A facção transformou o telejornal em palco e mostrou que conseguia pautar a mídia e o Estado. A mensagem era simples e preocupante: quem tem controle sobre a comunicação tem poder.

Na madrugada de 14 de agosto, a TV Globo decidiu exibir o vídeo. Antes da veiculação, o jornalista César Tralli leu um comunicado explicando que a decisão havia sido tomada para preservar a vida do colega. Em seguida, o vídeo foi transmitido uma única vez, em rede nacional.

A exibição do vídeo uma única vez foi uma escolha institucional calculada. A emissora tentou reduzir o impacto da chantagem e preservar sua autonomia, cumprindo a exigência sem transformar o sequestro em palco permanente.

O sequestro de Guilherme Portanova permanece como um episódio que expôs a vulnerabilidade do jornalismo diante da coerção e mostrou que no país, informar pode ser um ato arriscado, mesmo dentro das redações mais protegidas.

Caso Léo Veras e o extremo da violência contra jornalistas

Na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, o jornalista Léo Veras foi assassinado por fazer exatamente o que se espera de um repórter investigativo: divulgar informações ocultas e de interesse público. Fundador do site *Porã News*, Veras dedicou os últimos anos de vida a cobrir o avanço do narcotráfico na região de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai), território onde Estado e crime disputam controle e o silêncio, muitas vezes, é imposto a tiros.

Entre 2018 e 2020, Veras investigou a atuação do PCC, denunciando execuções, esquemas de tráfico e o uso de documentos falsos por líderes da facção para atravessar fronteiras sem serem identificados. No final de 2019, havia identificado Ederson Salinas Benítez, conhecido como “Ryguasu”, como um dos chefes do PCC no Paraguai, e alertado autoridades brasileiras sobre sua movimentação. Àquela altura, sabia que estava marcado. Recebia ameaças veladas, mas seguia — como quem entende que há coisas que precisam ser ditas, mesmo com medo. Em 12 de fevereiro de 2020, enquanto jantava com a família, o jornalista foi executado com doze disparos. Morreu em casa, no lugar onde deveria estar mais seguro. Morreu por insistir em informar.

Em nota⁷, lamentando o assassinato do jornalista, A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) destaca que a violência contra profissionais da comunicação não surge do nada. Ela é alimentada por discursos de deslegitimação, omissão institucional e banalização da verdade. É nesse caldo que os ataques prosperam.

A inclusão do caso no Programa Tim Lopes da Abraji⁸ representou uma tentativa coletiva de dar visibilidade ao crime e pressionar por justiça. Ainda assim, a sensação de desamparo persiste. O Brasil continua registrando altos índices de ataques à imprensa, conforme monitorado pela FENAJ. Esses casos revelam o quanto o ambiente de hostilidade, que começa com deslegitimação e discursos de ódio, pode culminar em violência física e morte.

⁷ Ver:

<https://fenaj.org.br/nota-oficial-fenaj-lamenta-assassinato-de-jornalista-brasileiro-em-cidade-na-fronteira-brasil-paraguai/>. Acesso: 12 set. 2025

⁸ O *Programa Tim Lopes* foi criado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) em 2017, inspirado no jornalista Tim Lopes, assassinado em 2002 no Rio de Janeiro enquanto investigava o tráfico de drogas em favelas. O programa apoia a continuidade de investigações interrompidas pela violência contra repórteres, oferecendo visibilidade, segurança e respaldo institucional aos profissionais ameaçados. Mais informações disponíveis em: <https://abraji.org.br/programa-tim-lopes>. Acesso em: 12 set. 2025

A imprensa e o regime da verdade

Os casos de Guilherme Portanova e de Léo Veras mostram que a violência contra jornalistas não pode ser reduzida a uma sucessão de tragédias pontuais: mais do que ataques a indivíduos, são golpes contra o direito à informação e à liberdade de imprensa. A violência contra jornalistas se inscreve em estruturas de poder que atravessam a mídia e se valem dela para operar. Como lembra Michel Foucault (1979; 2008), o poder não se concentra em uma instância única: ele circula em redes, nos corpos, nos discursos, nos dispositivos que definem o que pode ou não ser visto e dito.

O sequestro de Guilherme Portanova, em 2006, exemplifica a espetacularização midiática da violência. Guy Debord (1997) observa que, na sociedade do espetáculo, a realidade se apresenta como representação e imagem. Nesse episódio, o PCC não se limitou a agir nos subterrâneos da ilegalidade: impôs sua presença em rede nacional. Muniz Sodré (2006) também mostra como a mídia pode ser capturada como dispositivo de poder, convertendo-se em palco para encenações de força. Ao obrigar a TV Globo a transmitir seu manifesto, a facção transformou o telejornal em performance política, ampliando seu domínio simbólico ao converter o crime em notícia sob seu controle.

A execução de Léo Veras, em 2020, representa a forma mais extrema de violência contra o jornalismo: o silenciamento pela morte. Diferente da espetacularização, aqui não há cena pública a ocupar, mas a eliminação física de uma voz incômoda. Segundo Foucault (1979), o poder atua tanto pela produção de discursos quanto pela sua interdição. A morte do jornalista é a interdição absoluta. Não apenas censura a notícia, mas extingue de forma definitiva a possibilidade de enunciação. Nesse sentido, o assassinato de Veras confirma o que FENAJ e Abraji têm denunciado como o limite extremo da violência contra a imprensa — quando o direito de informar e o direito de existir se fundem e são negados ao mesmo tempo.

O jornalismo, assim, se vê tensionado entre dois polos. De um lado, a função de revelar e denunciar, garantindo à sociedade o acesso ao que o poder busca ocultar. De outro, a captura parcial de sua linguagem pelas estratégias de espetacularização da violência. Quando um telejornal é forçado a exibir o vídeo de uma facção ou quando a execução de um repórter se converte em manchete, não se trata apenas de narrar fatos, mas de reproduzir, sob constrangimento, a coreografia de um poder que se alimenta do medo (Sodré, 2006; Bucci, 2021).

Esse paradoxo é constitutivo: a imprensa resiste ao silenciamento, mas também é convocada a participar da cena que o poder violento encena. Em contextos de impunidade, a coragem do jornalista se torna um gesto de enfrentamento discursivo.

Referências:

- BUCCI, Eugênio. **A superindústria do imaginário**: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FENAJ. **Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil – 2025**. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas, 2025. Disponível em: <https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contra-jornalistas/>. Acesso em: 26 set. 2025.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- JOZINO, Josmar. PCC: homem que leu manifesto exibido na Globo nunca foi identificado. **UOL**, 12 mar. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/josmar-jozino/2021/03/12/homem-que-gravou-manifesto-do-pcc-exibido-na-globo-nunca-foi-identificado.htm>. Acesso em: 28 set. 2025.
- REPÓRTER Guilherme Portanova da Globo é libertado. **Gazeta do Povo**, 13 ago. 2006. Atualizado em: 14 ago. 2006. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/reporter-guilherme-portanova-da-globo-e-libertado-a5ug800x0quxfgmi1b5xdg95a/>. Acesso em: 28 set. 2025.
- SODRÉ, Muniz. **A máquina de Narciso**: televisão, indivíduo e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

Vozes silenciadas: racismo, transfobia e violência de gênero no jornalismo brasileiro

*Riza Amaral Lemos e
Rafael Rodrigues Pereira*

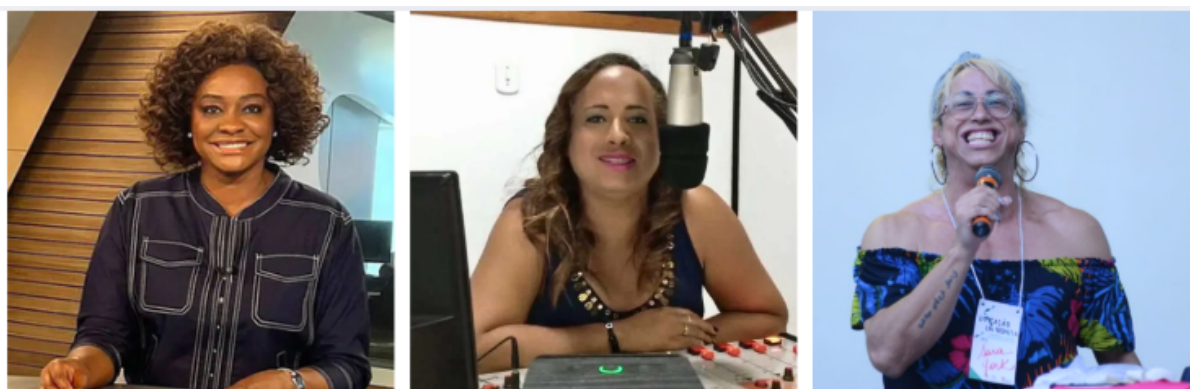


As violências contra jornalistas são recorrentes em todo o mundo, se manifestando de diversas formas e frequentemente sem a devida atenção por parte das autoridades e instituições responsáveis. Tais ataques não se restringem às agressões físicas, mas se estendem a violências simbólicas, psicológicas e digitais, afetando tanto a integridade profissional quanto pessoal dos jornalistas. Embora muitas vezes minimizadas ou ignoradas pela sociedade, essas violências desempenham um papel relevante quando o assunto é liberdade de expressão e democracia.

Dentre as formas de violência que comumente são visualizadas na sociedade, destacam-se o racismo e a violência de gênero, que, além de serem manifestações de discriminação, impactam diretamente a capacidade das vítimas de exercer seu trabalho de forma plena e segura. O racismo estrutural, como apontado por Almeida (2017), permeia diversas esferas sociais, incluindo o jornalismo, criando um ambiente hostil para profissionais negros que enfrentam não apenas desafios para alcançar espaços de destaque, mas também ataques constantes à sua credibilidade e identidade. Da mesma forma a violência de gênero, como observada por Butler (2015), impõe barreiras adicionais às mulheres jornalistas, com destaque especial às mulheres trans, que lidam frequentemente com o assédio, a objetificação e a negação

de sua autoridade profissional. Essas formas de violência não apenas comprometem o trabalho dos jornalistas, mas também tem um efeito devastador sobre sua saúde mental, autoestima e capacidade de fazer um trabalho de qualidade.

Entre as múltiplas expressões de racismo e violência de gênero que atravessam a sociedade brasileira e se refletem no campo jornalístico, destacam-se dois episódios emblemáticos: o da jornalista Joyce Ribeiro, como exemplo de discriminação racial, e os de Alana Rocha e Sara York, que evidenciam as formas de violência direcionadas a jornalistas trans. Este capítulo busca analisar esses casos, conferindo visibilidade às dinâmicas de exclusão e vulnerabilidade que eles revelam.



*As jornalistas Joyce Ribeiro, Alana Rocha e Sara York, respectivamente.
(Imagens: Instagram; Correio Braziliense; Uol)*

Recorte étnico-racial da violência: o caso de Joyce Ribeiro

Em 2014, Joyce Ribeiro, jornalista do SBT, ilustra o cenário de violência racial que muitos profissionais enfrentam em suas carreiras. Durante a cobertura de temas polêmicos e devido à sua presença constante nas redes sociais, Joyce tornou-se alvo de ataques racistas. Tais ataques ocorreram em plataformas digitais, especialmente no X e no Instagram, onde seus agressores fizeram comentários pejorativos e ofensivos sobre sua raça, aparência e sua capacidade profissional. Os ataques se iniciaram de forma isolada, mas rapidamente se intensificaram, refletindo o

ambiente tóxico e discriminatório que persiste na sociedade brasileira. Em meio a essa situação, Joyce tornou-se não apenas alvo de insultos pessoais, mas também vítima de violência simbólica, característica do racismo estrutural presente nas instituições sociais e culturais do Brasil.

Em resposta ao caso, colegas de profissão e entidades da mídia expressaram solidariedade a Joyce, destacando a importância de combater o racismo no ambiente de trabalho e na sociedade. Essa reação mostra uma crescente conscientização sobre a necessidade de ação institucional para enfrentar a violência racial, mas também expõe as limitações da mídia em lidar com esse tipo de violência de maneira mais incisiva. Após os ataques, Joyce recebeu o apoio da emissora SBT, que se posicionou publicamente contra a violência racial e afirmou que tomaria medidas jurídicas cabíveis (Jornalista...). A emissora, juntamente com algumas organizações, reforçou a importância da diversidade e do respeito à representatividade negra na mídia. No entanto, essa resposta foi vista como insuficiente por muitos que acreditam que ações concretas são necessárias para enfrentar o racismo na indústria.

Especialistas, como o professor Paulo Eduardo Alves da Silva, da Universidade de São Paulo, destacam a sub-representação de negros no jornalismo e nas demais profissões de prestígio (Luque, 2025). Dados da pesquisa “Perfil Racial da Imprensa Brasileira” realizado por Jornalistas&Cia, Portal dos Jornalistas, Instituto Corda e I'MAX (2021) ilustram a violência racial contra jornalistas negros, especialmente no contexto da mídia. A disparidade fica evidente sobretudo quando comparamos o quantitativo de pessoas autodeclaradas negras no Brasil (perfazendo um total de 56%) em relação ao quantitativo de jornalistas que se autodeclararam negros (20%, segundo apontada a pesquisa). A mesma publicação revela ainda que jornalistas negros ocupam principalmente cargos operacionais, enquanto os brancos dominam as posições de liderança. Esse desequilíbrio reflete o racismo estrutural presente no setor, evidenciando o grau de exclusão e a luta constante dos profissionais negros para conquistarem o devido reconhecimento.

A nível individual, o impacto psicológico também deve ser mencionado. O

racismo como uma forma de opressão que se perpetua ao longo do tempo se manifesta de diversas formas, tão devastadoras quanto a violência física, pois desumanizam as vítimas e limitam seu potencial. Vídeos e áudios de declarações de Joyce Ribeiro podem ser usados para ilustrar sua experiência e a dor emocional que enfrentou nessa e em outras situações, além de sensibilizar o público para as consequências do racismo (Invisibilidade..., 2024; Joyce... 2011). O racismo, especialmente em sua forma simbólica, tem consequências profundas sobre a saúde mental das vítimas. Jornalistas negros, como Joyce, lidam com o estresse constante de ataques racistas, o que afeta sua confiança e bem-estar emocional, sendo o apoio psicológico um fator de fundamental importância no processo de enfrentamento à questão.

Recorte da violência de gênero: os casos de Alana Rocha e Sara Wagner York

Em 2023, dois episódios emblemáticos de violência contra jornalistas trans e travesti evidenciaram a persistência da transfobia e da precariedade das garantias institucionais de segurança no Brasil. O primeiro deles ocorreu com a jornalista Alana Rocha, apresentadora da rádio Gazeta FM, em Riachão do Jacuípe (BA). Durante a transmissão ao vivo de seu programa, o carro de Alana, estacionado em frente à emissora, foi violentamente apedrejado. As janelas e o para-brisa foram destruídos por pedras, em um ataque que, segundo a própria jornalista, estaria relacionado a críticas feitas à suspensão do expediente da Câmara de Vereadores da cidade. Embora tenha registrado a ocorrência, Alana enfrentou obstáculos institucionais: a delegacia local classificou o caso apenas como dano material, desconsiderando seu caráter violento e simbólico como ataque à liberdade de imprensa e à sua identidade de gênero.

O segundo caso envolve a jornalista e pesquisadora Sara Wagner York, uma mulher travesti com deficiência visual. Durante a cobertura de um evento

carnavalesco em São Pedro da Aldeia (RJ), Sara foi agredida fisicamente por um secretário da prefeitura e seguranças municipais, mesmo tendo autorização oficial para estar no local. Ela foi retirada à força do palco onde realizava sua cobertura e sofreu agressões físicas. O episódio motivou ação judicial contra a prefeitura e foi incorporado ao Programa de Proteção Legal para Jornalistas da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji, 2023a), que passou a prestar apoio jurídico à comunicadora.

Dados do relatório intitulado *Silenciando o mensageiro: os impactos da violência política contra jornalistas no Brasil*, publicado pela Abraji, apontam o registro de 40 casos de violência contra mulheres jornalistas, cis ou trans, além de ataques explícitos de gênero contra pessoas comunicadoras no Brasil. Somente nos quatro primeiros meses e meio do ano, a variável de violência de gênero apareceu 18 vezes, o que significa que 45% dos casos monitorados pelo projeto *“Violência de gênero contra jornalistas”* apresentaram ao menos uma das sete subcategorias registradas.

A maior parte dos ataques ocorreu em plataformas digitais, com destaque para vazamentos de dados pessoais, campanhas de difamação e ameaças de morte e estupro. A reportagem de Carvalho (2024) sobre o relatório também alerta para o fenômeno da subnotificação, especialmente entre jornalistas trans e não binárias, cuja presença no campo jornalístico segue invisibilizada e deslegitimada. Esses profissionais enfrentam uma combinação de violências simbólicas, físicas, sexuais e digitais, sendo alvos recorrentes de ataques que extrapolam o ambiente profissional e expõem suas vidas pessoais.

A Abraji (2023b) traz dados que evidenciam a variedade e intensidade dessas violências. Comentários machistas e misóginos representaram 27,8% dos casos; episódios de violência sexual, 16,7%; violência digital diferenciada, 16,7%; atos transfóbicos, 11,1%; comentários transfóbicos, 5,5%; questionamentos da capacidade profissional com base na identidade de gênero, 5,5%; e violência laboral diferenciada, 5,5%.

Análise: pelo direito coletivo à informação diversa, plural e democrática.

Cabe destacar que os casos aqui expostos são reflexos das estruturas sociais que sustentam esse tipo de discriminação. De acordo com o conceito de Violência Estrutural de Galtung (1969), os ataques aqui referidos são uma forma de desvalorização e marginalização, contribuindo para a exclusão de minorias, reforçando estereótipos negativos e perpetuando uma visão distorcida da sociedade.

A natureza digital dos ataques a Joyce Ribeiro se mostra um agravante ao debate, uma vez que as redes sociais têm potencial de amplificar a violência e o discurso de ódio, tornando o impacto mais imediato e duradouro, afetando profundamente a saúde emocional das vítimas. A incapacidade das plataformas de prevenir ou moderar esse tipo de violência resulta na perpetuação do ciclo de ódio, deixando as vítimas em constante estado de vulnerabilidade. A jornalista foi atacada por indivíduos anônimos, mas também por uma cultura que, historicamente, marginaliza os profissionais negros em esferas de destaque como o jornalismo. Nessa medida, as vítimas, nesse caso, foram tanto Joyce quanto a própria classe jornalística negra, que enfrenta diariamente o peso do racismo institucional.

Não se pode perder de vista que o racismo estrutural constitui fenômeno histórico e sistêmico, que influencia práticas sociais, políticas e econômicas de um país, cujos prejuízos extrapolam a vítima, recaindo também sobre o desenvolvimento social e cultural de uma nação inteira. No Brasil, tem raízes profundas na escravidão de africanos e afrodescendentes e segue sustentado por meio de atitudes e normas sociais que excluem a população negra de oportunidades e privilégios, perpetuando uma realidade de desigualdades e violências.

Já em relação aos episódios envolvendo Alana e Sara, também cabe a ótica que os interpreta como expressões visíveis de um sistema que marginaliza identidades dissidentes, nestes casos precarizando o exercício profissional de

jornalistas LGBTQIA+. Trata-se de manifestações de um contexto estrutural e simbólico em que a cisheteronormatividade opera como norma dominante, definindo quem tem legitimidade para ocupar os espaços de fala, produção e circulação de saberes na esfera pública. Jornalistas trans e travestis, ao desafiarem essa norma com sua presença e atuação profissional, tornam-se alvos não apenas por aquilo que dizem ou escrevem, mas sobretudo por quem são. Sua existência pública no jornalismo representa uma ruptura com o padrão historicamente instituído de neutralidade e universalidade, frequentemente encarnado por corpos cisgêneros e masculinos.

A marginalização de minorias no âmbito do jornalismo não se dá apenas pela via da violência direta, mas por meio de uma teia complexa de exclusões que incluem a omissão institucional, a ausência de políticas de proteção específicas, o silenciamento simbólico e a dificuldade de ascensão profissional. Em muitos casos, esses profissionais não encontram respaldo sequer nas empresas jornalísticas em que atuam, sendo forçados a enfrentar agressões físicas, simbólicas e digitais sem suporte jurídico, emocional ou técnico. Essa precarização, portanto, diz respeito também à fragilidade das garantias democráticas no interior das próprias redações e nas instituições que deveriam assegurar o direito à comunicação.

As violências enfrentadas pelas profissionais aqui mencionadas podem ser analisadas à luz do modelo do Triângulo da Violência, de Johan Galtung (1969), que distingue três formas principais de violência: direta, estrutural e cultural. Essa tipologia é fundamental para compreender como diferentes níveis de agressão se articulam, se reforçam e sustentam a exclusão de corpos dissidentes no campo do jornalismo.

A violência direta refere-se às agressões físicas ou verbais explícitas, visíveis e mensuráveis. Um exemplo desta categoria é o caso da jornalista Sara Wagner York, agredida fisicamente por um secretário municipal e por seguranças durante a cobertura de um evento público, uma forma clara de violência intencional, com o objetivo de impedir sua atuação profissional por meio da força. Da mesma forma, Alana Rocha foi vítima de violência direta ao ter seu carro apedrejado enquanto

deixava a rádio onde trabalhava. As pedras que quebraram janelas e o pára-brisa do veículo representaram uma tentativa explícita de intimidação, evidenciando o ataque físico como método de silenciamento. Já os ataques verbais a Joyce Ribeiro, embora proferidos via mídia digital, também configura em agressão explícita, com o mesmo intuito de opressão e cerceamento.

A violência estrutural, por sua vez, diz respeito às formas invisíveis e sistemáticas de opressão que impedem determinados grupos sociais de satisfazerem suas necessidades básicas ou de exercerem plenamente seus direitos. A marginalização no ambiente profissional, a escassez de políticas de proteção específicas e a negligência institucional diante das denúncias são expressões concretas dessa forma de violência. Quando a Polícia Civil da Bahia, por exemplo, classificou o ataque contra Alana Rocha como simples dano material, desconsiderando sua dimensão simbólica, identitária e profissional, evidenciou-se o funcionamento de uma estrutura que invisibiliza as violências contra pessoas trans. Essa estrutura opera cotidianamente, limitando o acesso a recursos, segurança e reconhecimento, tornando o jornalismo um espaço ainda excludente para identidades e corpos dissidentes.

No que se refere à violência cultural, esta se manifesta nos aspectos simbólicos, ideológicos e discursivos que legitimam e naturalizam tanto a violência direta quanto a estrutural. Comentários racistas, transfóbicos e misóginos cumprem esse papel – eles não apenas ofendem diretamente as jornalistas, mas também reafirmam normas e valores culturais que inferiorizam suas identidades raciais e de gênero, constituindo sintomas de uma cultura que autoriza o preconceito e a exclusão como práticas aceitáveis.

Portanto, a análise teórica dos casos a partir das categorias propostas por Galtung (1969), revela como as formas de violência contra jornalistas são múltiplas, interligadas e sustentadas por um sistema que vai além do agressor individual. São parte de um ecossistema mais amplo de exclusão, que envolve o discurso, as instituições e as práticas cotidianas da sociedade. Reconhecer essa complexidade é essencial para a construção de políticas efetivas de proteção, que considerem as

especificidades das violências contra minorias no campo da comunicação.

Frente a esse cenário alarmante, torna-se urgente a formulação de estratégias integradas de prevenção e proteção. A prevenção da violência simbólica pode ser realizada por meio de políticas públicas de inclusão, como ações afirmativas que garantam a presença de grupos minorizados em espaços de poder e liderança. Isto posto, é fundamental promover ambientes de trabalho seguros, onde a discriminação, qualquer que seja sua natureza, seja proibida e combatida ativamente.

Do ponto de vista físico, é imprescindível a criação de protocolos de segurança específicos, especialmente em coberturas externas, com apoio de sindicatos e forças policiais capacitadas.

Na esfera digital, recomenda-se a adoção de práticas de cibersegurança, como o uso de VPNs, autenticação em dois fatores e mapeamento de redes de ataques coordenados. As plataformas de mídia social devem adotar medidas rigorosas para combater ataques discriminatórios, como sistemas de monitoramento de conteúdo, algoritmos que detectem discursos de ódio e a criação de mecanismos de denúncia eficazes. A educação digital também se constitui de suma importância como ferramenta para conscientizar os usuários sobre as consequências da violência digital.

A prevenção psicológica inclui o acompanhamento terapêutico especializado, a criação de espaços coletivos de escuta e o fortalecimento de redes de apoio entre jornalistas minoritários – medidas fundamentais para a reconstrução emocional diante das violências sofridas.

Por fim, mas não menos importante, está a fundamental atuação de organizações como a Abraji na defesa e acolhimento dessas vítimas.

Os casos de Joyce Ribeiro, Alana Rocha e Sara Wagner York reafirmam a urgência de repensar a comunicação a partir de uma ética do cuidado, da escuta e do reconhecimento da diversidade. Garantir a segurança dessas profissionais não é apenas proteger indivíduos, mas também defender o direito coletivo à informação

diversa, plural e democrática.

Referências:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (ABRAJI). Jornalista pede responsabilização da prefeitura por agressão sofrida em evento público. **ABRAJI**. 30 out. 2023a. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/jornalista-pede-responsabilizacao-da-prefeitura-poragressaosofrida-em-evento-publico>. Acesso em: 30 mar. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (ABRAJI). **Silenciando o mensageiro**: os impactos da violência política contra jornalistas no Brasil [S.l.]: Abraji, 2023a. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/jornalista-pede-responsabilizacao-da-prefeitura-poragressaosofrida-em-evento-publico>. Acesso em: 30 mar. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (ABRAJI). **Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil**. [S.l.]: Abraji, 2024. Disponível em: https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/2da5b679-2702-4121-bce1-cd23cb962f06/Relat%C3%B3rio_-_Ataques_contra_jornalistas_de_2023_FINAL_alta_resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo e desigualdade social no Brasil**: desafios contemporâneos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, Jess. Relatório da Abraji denuncia ameaças de estupro e morte a jornalistas trans no Brasil. **Diadorim**, 3 abr. 2024. Disponível em: <https://adiadorim.org/noticias/2024/04/relatorio-abraji-denuncia-ameacas-de-estupro-e-morte-a-jornalistas-trans-no-brasil/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167–191, 1969.

JORNALISTA Joyce Ribeiro, do SBT, é vítima de racismo na internet. **CartaCapital**, 25 maio 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/jornalista-joyce-ribeiro-do-sbt-e-vitima-de-racismo-na-internet-2444/>. Acesso em: 25 set. 2025.

JORNALISTAS&CIA; PORTAL DOS JORNALISTAS; INSTITUTO CORDA; I'MAX. **Perfil Racial da Imprensa Brasileira**. 17 nov. 2021. Disponível em: <https://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimprensabrasileira.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2025.

LUQUE, Hugo. Minoria negra no jornalismo brasileiro expõe racismo como herança preservada. **Jornal da USP**, Ribeirão Preto, 6 mar. 2023. Disponível em:

<https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/minoria-negra-no-jornalismo-brasileiro-expoe-racismo-como-heranca-preservada/>. Acesso em: 21 set. 2025.

INVISIBILIDADE da mulher negra no mercado de trabalho | JOYCE RIBEIRO |

TEDxJardimdosSeixasWomen. [S. l.]: Tedx Talks, 2024. Disponível em:

https://youtu.be/qYk_oiZuuXo. Acesso em: 15 set. 2025.

JOYCE conta ter sofrido preconceito em loja. SBT, 1 dez. 2011. Disponível em:

<https://youtu.be/X4NuGPj0Fhg>. Acesso em: 21 abr. 2025.

Violência jurídica contra comunicadores científicos no Brasil: O caso do Nunca Vi 1 Cientista

*Letícia Assis Almeida da Silva e
Vitória Paschoal Baldin*



Tradicionalmente, o público consumia informações de maneira indireta, mediada por veículos noticiosos como jornais e telejornais. Hoje, a internet e as redes sociais se tornaram fontes centrais de informação, alterando a dinâmica da comunicação. A crise do jornalismo tradicional, marcada pela perda de espaço nos meios de comunicação de massa e pela migração para o ambiente digital, agrava esse cenário. O jornalismo científico, em específico, embora mais necessário do que nunca – em tempos de infodemia e negacionismo – enfrenta dificuldades estruturais, como a falta de financiamento, o desmonte de políticas públicas e o esvaziamento das redações.

A era digital trouxe, em simultâneo, desafios e oportunidades para o jornalismo e a divulgação científica: por um lado, a internet amplia o acesso a fontes e permite uma verificação mais ágil de informações; por outro, facilita a disseminação de desinformação (Dunwoody, 2021). A proliferação de *fake news* e câmaras de eco agravam a polarização do público em temas como mudanças climáticas e vacinação, criando grupos isolados que reforçam crenças preexistentes e dificultam o diálogo com a ciência (ibidem).

Nesse vácuo, projetos como o *Nunca Vi 1 Cientista* (NV1C) emergem como respostas à carência de cobertura científica de qualidade, propondo novas formas de

divulgação com linguagem acessível, estética informal e protagonismo de minorias. No entanto, justamente por democratizar o acesso ao conhecimento e desafiar os monopólios tradicionais da ciência e da informação, projetos como esse são sistematicamente atacados.

O canal foi criado por Dra. Ana Bonassa e Dra. Laura Marise e, durante a pandemia de COVID-19, foi alvo de ataques e represálias devido à sua posição contra a desinformação sobre a doença. Em 2020, por exemplo, as cientistas denunciaram *fake news* relacionadas ao tratamento com hidroxicloroquina e tiveram tentativas de invasão de seu canal (Watanabe, 2020). Já em 2024, as duas foram alvos de um processo judicial após desmentirem uma desinformação



*Da esquerda para a direita: Ana Bonassa e Laura Marise, responsáveis pelo NV1C.
(Imagem: Youtube)*

sobre diabetes (Karpov, 2024). No ano anterior, as comunicadoras publicaram um vídeo desmentindo a relação entre diabetes e vermes, informação promovida por um influenciador da área da saúde. O vídeo incluía capturas de tela de postagens públicas do nutricionista (que vendia um "protocolo de desparasitação" como suposta cura para diabetes) e alertava para os perigos de abandonar tratamentos cientificamente comprovados.

O influenciador processou as cientistas alegando danos morais. Inicialmente, o Instagram rejeitou o pedido de remoção do vídeo, mas a Justiça concedeu a ele ganho de causa. Em setembro de 2024, o Juizado Especial Cível de São Paulo condenou Ana Bonassa e Laura Marise ao pagamento de R\$ 1.000 em danos morais, além de multa diária por descumprimento da decisão judicial. O [caso](#) gerou grande repercussão e preocupação na comunidade acadêmica e de divulgação científica,

pois representava um perigoso precedente para a censura de conteúdo científico. Posteriormente, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a decisão, reconhecendo que o vídeo continha manifestação de pensamento crítico e era de interesse público.

Neste capítulo, a análise do caso será conduzida a partir de uma abordagem que entende a comunicação pública da ciência como um campo liminar entre o jornalismo, a educação e a produção de conhecimento. Tomamos como ponto de partida a estrutura conceitual por Slavcheva-Petkova et al. (2023), em diálogo com a estrutura teórico-epistêmica desenvolvida ao longo da disciplina *Novos paradigmas para dimensões de violência no campo da Comunicação: assédios e ameaças aos jornalistas e comunicadores* ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação na Universidade de São Paulo, ministrada pela Prof. Dra. Daniela Osvald Ramos e a Profa. Dra. Elizabeth Nicolau Saad-Correa. Propomos, assim, ampliar o entendimento da segurança ocupacional de comunicadores para além da violência física, incorporando dimensões psicológicas, digitais e financeiras, bem como os fatores subjetivos e estruturais que modulam a experiência de risco.

Neste enquadramento, a segurança das comunicadoras do NV1C — jovens mulheres, cientistas e divulgadoras científicas — é analisada em sua intersecção com dinâmicas de poder que operam em diferentes aspectos. O caso escancara a intersecção entre ciência, comunicação e gênero no Brasil contemporâneo, revelando como o machismo estrutural opera nesses campos e se intensifica em contextos de desinformação e ataques à democracia. As cientistas idealizadoras do projeto tornaram-se alvo de campanhas orquestradas de violência de gênero, desinformação e tentativas de silenciamento. Assim, reconhecemos que os riscos enfrentados não são pontuais, e sim parte de um ecossistema de ameaças multiníveis: no plano *micro*, afetam a integridade emocional e psicológica das comunicadoras; no plano *meso*, expõem a fragilidade institucional das iniciativas de divulgação científica autônomas; e no plano *macro*, evidenciam disputas políticas sobre quem pode falar publicamente em nome da ciência.

Tradicionalmente, tanto a ciência quanto o jornalismo foram construídos como domínios masculinos (Krook; Sanín, 2016). Na ciência, a divisão sexual do trabalho e o processo de especialização ao longo dos séculos excluíram mulheres da produção de conhecimento, relegando-as à invisibilidade ou à função de assistentes, mesmo quando eram coautoras de descobertas científicas (Ahlqvist; London; Rosenthal, 2013). No jornalismo, mesmo com a crescente presença feminina nas redações, persistem desigualdades salariais, estéticas e temáticas: os homens continuam ocupando as posições mais altas e sendo designados a coberturas consideradas mais "sérias" ou de maior prestígio (Figaro, 2018). Para além das redações e dos ambientes acadêmicos, cientistas, divulgadoras científicas e comunicadoras têm sido alvo de assédio online, ameaças e campanhas de desinformação (Sobieraj, 2018). Essa violência de gênero reflete um esforço para desacreditar vozes femininas na produção e disseminação do conhecimento científico.

Ao assumirem o protagonismo da comunicação científica — um espaço ainda marcado pela lógica do *especialista-homem* como portador legítimo do saber — Bonassa e Marise romperam expectativas normativas de gênero. O que está em jogo nos ataques que sofreram não se restringe ao conteúdo que produzem, sendo agravado pelo fato de serem mulheres, ousando ocupar a esfera pública com autoridade. As cientistas enfrentam não apenas a deslegitimação profissional, mas também um duplo ataque que combina machismo estrutural e hostilidade contra a divulgação científica.

Esse episódio ressalta, também, o valor e a vulnerabilidade da comunicação científica baseada em evidências (Bucchi; Trench, 2021), entendida simultaneamente como a transmissão de dados e como uma prática social e cultural situada. Ao promover uma ciência comunicada de forma inclusiva, acessível e socialmente contextualizada, o NV1C materializa uma concepção ampliada de comunicação científica (ibidem) que ultrapassa os formatos tradicionais e se manifesta em linguagens populares.

É importante pontuar que a desinformação não opera isoladamente: ataques à credibilidade de comunicadores são parte de um ecossistema coordenado que visa minar o trabalho de quem combate fraudes e pseudociência. Ao construir “verdades próprias” baseadas em crenças, moralismos e ressentimentos (Cabañes, 2020), o populismo de extrema-direita descredita evidências, relativiza os fatos e mobiliza ódio. A desinformação, portanto, não é um simples erro: é estratégia política de erosão da credibilidade da ciência e de comunicadores (Kapantal et al., 2021), especialmente quando são mulheres, membros da comunidade LGBTQIAP+, pessoas racializadas ou com pautas progressistas.

O assédio judicial surge, então, como uma arma, exigindo tempo, dinheiro e energia, muitas vezes levando ao esgotamento ou à autocensura. Embora ainda em curso, o processo judicial contra as cientistas acende o alerta sobre o uso do judiciário como forma de perseguição. A simples ameaça de processos, mesmo infundados, já é capaz de gerar medo, paralisar iniciativas e enfraquecer a disposição de cientistas e comunicadores em ocupar o espaço público. Tal ação, neste contexto, funciona como prolongamento institucional dos ataques online: é uma tentativa de transferir a violência simbólica das redes para os tribunais. Além de desgastante emocional e financeiramente, esse tipo de assédio é usado para produzir autocensura — seja nas vítimas diretas, seja em toda a comunidade científica e comunicacional que passa a se autocontrolar por medo de ser o próximo alvo.

O caso do NVIC também evidencia um conflito central no cenário jurídico brasileiro contemporâneo: o tensionamento entre decisões de instâncias locais e os princípios consolidados na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) no que diz respeito à liberdade de expressão, à crítica científica e ao direito à informação. A decisão da juíza do Juizado Especial Cível de São Paulo, ao favorecer o autor do processo — um influenciador que promovia um tratamento sem respaldo científico —, ignorou o princípio constitucional da liberdade de expressão e do interesse público envolvido na crítica fundamentada, reconhecido em diversas decisões do STF.

Recomendações de prevenção

As tensões vividas por Dra. Ana Bonassa e Dra. Laura Marise expõem a vulnerabilidade de comunicadores científicos frente à desinformação, à judicialização abusiva e à violência simbólica, especialmente quando esses comunicadores pertencem a grupos historicamente sub-representados. Diante disso, é possível propor ações em múltiplos níveis para enfrentar os riscos associados à prática da divulgação científica crítica em ambientes digitais.

Divulgadores científicos que enfrentam processos judiciais ou campanhas de difamação sofrem impactos diretos sobre sua saúde mental. O estresse relacionado ao medo de retaliação, à incerteza jurídica e à pressão midiática pode levar à autocensura, ao isolamento e, em casos extremos, ao abandono da atividade. É fundamental que iniciativas de acolhimento psicológico e orientação jurídica sejam desenvolvidas dentro das universidades, ONGs e coletivos, oferecendo apoio a pesquisadores e divulgadores ameaçados. Além disso, o fortalecimento de estratégias de caráter adaptativo, como o apoio social e a busca por redes de proteção, pode contribuir para a resiliência e a continuidade do trabalho com autonomia.

O apoio da comunidade online de divulgação científica foi central para a reação ao caso NV1C. A mobilização de divulgadores, cientistas e influenciadores da área não apenas ajudou a amplificar a visibilidade do processo, mas também atuou na denúncia do assédio judicial e na mobilização de apoio jurídico e financeiro. Essa rede de solidariedade teve papel crucial na manutenção da presença online das autoras e no combate ao isolamento que frequentemente atinge comunicadores sob ataque. Fortalecer essas redes — por meio de alianças, associações e plataformas

colaborativas — é essencial para proteger os atores da comunicação científica e garantir a diversidade de vozes no debate público.

Empresas de tecnologia precisam assumir maior responsabilidade na proteção de comunicadores científicos e no combate à desinformação. O caso ilustra as limitações das diretrizes atuais: apesar de manter inicialmente o conteúdo publicado, o Instagram não ofereceu mecanismos eficazes de apoio às autoras. É urgente a implementação de políticas empresariais mais robustas e transparentes contra o assédio online, além do fortalecimento de parcerias com instituições científicas e jornalísticas para identificar e sinalizar conteúdos enganosos que possam prejudicar a saúde pública. Ferramentas de denúncia aprimoradas, moderação contextualizada e maior transparência nas decisões de remoção de conteúdo também devem ser exigidas.

Por fim, o Estado brasileiro também tem papel estratégico na construção de um ambiente informacional saudável. Isso inclui a implementação de medidas regulatórias que protejam a liberdade de expressão crítica, coíbam a judicialização abusiva e promovam a valorização da comunicação científica. O reconhecimento, por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), da importância pública do conteúdo publicado pelas cientistas é um passo importante, mas ainda pontual. É necessário que políticas públicas sejam formuladas para garantir a segurança jurídica dos comunicadores da ciência, principalmente aqueles engajados no combate à desinformação. Além disso, programas de fomento à divulgação científica devem ser ampliados e articulados com ações de letramento midiático, formação crítica da população e incentivo à diversidade na ciência.

Referências:

AHLQVIST, Sheana; LONDON, Bonita; ROSENTHAL, Lisa. Unstable identity compatibility: How gender rejection sensitivity undermines the success of women in science, technology, engineering, and mathematics fields. *Psychological Science*, v. 24, n. 9, p. 1644-1652, 2013.

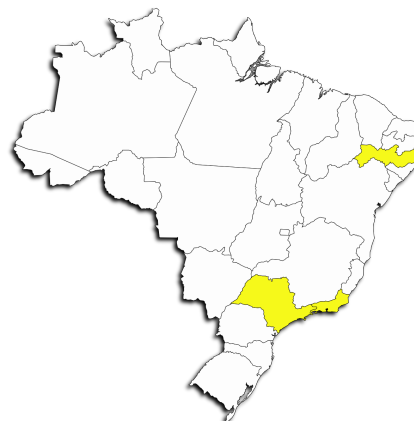
- BUCCHI, Massimiano; TRENCH, Brian. Introduction: Science communication as the social conversation around science. In: BUCCHI, Massimiano; TRENCH, Brian (editores). **Routledge Handbook of Public Communication of Science and Technology**, p. 1–13, 1 jan. 2021.
- CABAÑES, Jason Vincent A. Digital disinformation and the imaginative dimension of communication. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 97, n. 2, p. 435-452, 2020.
- DUNWOODY, Sharon. Science journalism: Prospects in the digital age. **Routledge Handbook of Public Communication of Science and Technology**, p. 14–32, 1 jan. 2021.
- FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 2, p. 570-591, 2018.
- KAPANTAI, Eleni; CHRISTOPOULOU, Androniki; BERBERIDIS, Christos; PERISTERAS; Vassilos. A systematic literature review on disinformation: Toward a unified taxonomical framework. **New media & society**, v. 23, n. 5, p. 1301-1326, 2021.
- KARPOV, Kleber. *Juíza de São Paulo condena cientistas por desmentir vídeo de venda de produtos baseado em 'protocolo' que liga diabetes a vermes*. Política Distrital (PDNews), Brasília, 14 set. 2024. Disponível em: <https://www.politicadistrital.com.br/juiza-de-sao-paulo-condena-cientistas-por-desmentir-video-de-venda-de-produtos-baseado-em-protocolo-que-liga-diabetes-a-vermes/>. Acesso em: 12 set. 2025.
- KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana R. Violence against women in politics. A defense of the concept. **Política y gobierno**, v. 23, n. 2, p. 459-490, 2016.
- SLAVTCHEVA-PETKOVA, Vera; RAMAPRASAD, Jyotika; SPRINGER, Nina; HUGHES, Sallie; HANITZSCH, Thomas; HAMADA, Basyouni; HOXHA, Abit; STEINDL, Nina. Conceptualizing journalists' safety around the globe. **Digital Journalism**, v. 11, n. 7, p. 1211-1229, 2023.
- SOBIERAJ, Sarah. Bitch, slut, skank, cunt: patterned resistance to women's visibility in digital publics. **Information, Communication & Society**, v. 21, n. 11, p. 1700–1714, 2 nov. 2018.
- WATANABE, Phillippe. Após falarem sobre coronavírus, divulgadores científicos sofrem ataques na internet. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/apos-falarem-sobre-coronavirus-divulgadores-cientificos-sofrem-ataques-na-internet.shtml>. Acesso em: 12 set. 2025.

Capítulo 4

E a editoria cultural? A (falta de) segurança de jornalistas no carnaval de 2025

Aianne Amado e

Mario Sergio Assumpção de Andrada e Silva



Segundo historiadores, a origem do carnaval remonta a tradições que datam de até 10 mil a.C., associadas a festas pagãs no Egito, na Grécia e em Roma, vinculadas às mudanças de estação (Arantes, 2013). No entanto, foi no Brasil que essa celebração se consolidou como um de seus maiores símbolos culturais, tornando-se referência metonímica. Por aqui, durante o feriado de pré-quaresma – que oficialmente dura quatro dias, mas em muitos lugares se estende por todo o mês – realiza-se aquela que é considerada a maior festa popular do mundo (Palmares, 2025). Vestidas com roupas coloridas e cobertas de glitter, centenas de milhares de pessoas ocupam as ruas em todos os estados da federação. Seja em blocos gratuitos ou pagos, em camarotes com shows exclusivos ou nos desfiles das escolas de samba, há sempre uma multidão vibrante, cantando e dançando. Não por acaso, o Carnaval tornou-se um marco temporal no calendário brasileiro, representando para muitos o início efetivo do ano: como já cantava Jorge Ben Jor (1969), neste “país tropical, abençoado por Deus”, “em fevereiro tem carnaval”.

Por sua natureza popular e coletiva, o Carnaval também constitui um espaço de resistência. Em Salvador, por exemplo, a banda Olodum ecoa versos de protesto — “Força e pudor / Liberdade ao povo do Pelô (...) Declara a nação / Pelourinho contra a prostituição / Faz protesto, manifestação / E lá vou eu” (Olodum, 1988) —,

enquanto no Rio de Janeiro escolas de samba levam à avenida enredos de denúncia, como o da Mangueira em 2019 – “Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento / Tem sangue retinto pisado / Atrás do herói emoldurado / Mulheres, tambores, mulatos / Eu quero um país que não está no retrato”.

Entretanto, em um triste contraponto, é preciso reconhecer que a festa também revela um lado adverso. Ano após ano, o período carnavalesco registra a elevação dos já preocupantes índices de violência no Brasil (Ribeiro, 2025). O excesso de consumo de álcool, a permissividade e as grandes aglomerações frequentemente resultam em acidentes de trânsito, assédio sexual, violência doméstica, furtos, agressões e até homicídios.

Em menor escala, mas que também demanda atenção, destaca-se a violência dirigida a jornalistas que cobrem ou simplesmente participam das festividades. No ano de 2025 a Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ) destacou os crescentes ataques a profissionais de imprensa durante celebrações carnavalescas, pontuando que os casos “acendem um alerta para a necessidade de medidas efetivas que garantam o exercício seguro do jornalismo, essencial para a manutenção de uma sociedade democrática e informada” (FENAJ, 2025). Este capítulo tem como objetivo lançar luz sobre episódios que evidenciam uma tendência mundial de violência contra jornalistas, manifestada, no Brasil, de forma singular ao se entrelaçar



*Marcelo Rubens Paiva sendo homenageado no desfile do bloco Acadêmicos do Baixo Augusta
(Imagem: G1, foto de Tomzé Fonseca/ Agnews)*

a uma das festas mais tradicionais da cultura nacional. Inicialmente, são apresentados casos emblemáticos que ilustram distintas formas de insegurança e ataques sofridos por profissionais da imprensa. Em seguida, a discussão é aprofundada a partir de referenciais teóricos vinculados ao recente e emergente campo dos estudos sobre segurança de jornalistas. Por fim, as considerações finais propõem boas práticas e diretrizes de conduta voltadas à mitigação dos riscos e à prevenção da recorrência desses episódios.

Entre a folia e a hostilidade: narrativas de insegurança na cobertura carnavalesca de 2025

No domingo do dia 23 de fevereiro, o jornalista, escritor e dramaturgo Marcelo Rubens Paiva foi homenageado pelo bloco Acadêmicos do Baixo Augusta, em São Paulo. À época, o filme *Ainda Estou Aqui* (Walter Salles, 2024), baseado no livro homônimo de Paiva sobre a história de sua família, estava indicado em diversas categorias ao Oscar, maior prêmio do cinema mundial. Pouco antes do início do bloco, porém, o autor foi atingido por uma mochila, uma lata de cerveja e uma camiseta, jogados em sua direção por um folião não identificado. Felizmente, Paiva não se feriu. Em entrevista à GloboNews (Patriarca; Meirelles, 2025, n.p.) afirmou que aquele já era seu 16º carnaval e a primeira vez que episódio do tipo lhe ocorria.

No mesmo evento, o repórter fotográfico da Folha de São Paulo, Bruno Santos, trabalhava na cobertura da festa quando, percebendo desentendimento entre seguranças e foliões, se aproximou para registrar o ocorrido – o que foi desaprovado por um dos seguranças. Santos alega ter explicado, em vão, que se tratava de sua função, quando foi cercado por um grupo de seguranças e chutado duas vezes. As agressões só foram interrompidas mediante intervenção de uma das organizadoras do bloco (Folha, 2025)

Cinco dias depois, desta vez no Rio de Janeiro, o jornalista Josué Amador, repórter da Inter TV RJ (afiliada da Rede Globo) foi também atacado. Amador cobria o Carnaval carioca quando, durante entrada ao vivo, foi atingido com jato de espuma no rosto por um grupo de foliões que, em seguida, furtou seu celular. A transmissão ao vivo foi interrompida e o repórter foi prontamente auxiliado pela equipe de segurança da escola de samba União de Maricá, que forneceu apoio físico e emocional, além de conseguir recuperar o celular do jornalista (CNN, 2025; Oliveira, 2025).

Também durante uma transmissão ao vivo, esta ocorrida no dia 1º de março, a jornalista Bianka Carvalho, vinculada à TV Globo de Pernambuco, foi assediada por foliões do Carnaval de Recife. Primeiro, um homem pede para fazer-lhe uma proposta, oferecendo “casa, comida e roupa lavada para a gente se ‘amancebar’”. Depois, é pedida em casamento por outro folião, que afirma que iria esperar por ela (Diário do Nordeste, 2025).

Já no dia 3 de março, o jornalista Fabrício Lobel, do SP1, fez entrada ao vivo para a cobertura do bloco Charanga da França, no centro da capital paulista. Contudo, o repórter mal conseguiu falar por cima dos gritos elogiosos de foliões e foliãs sobre sua aparência, que durou toda a transmissão. Lobel se mostra visivelmente acanhado diante das interações (Notícias da TV, 2025).

Respostas institucionais e sindicais

Ainda em fevereiro de 2025, a FENAJ emitiu um alerta e manifestou repúdio diante da escalada de ataques violentos contra profissionais da imprensa. A entidade cobrou das autoridades públicas e dos organizadores de blocos e desfiles medidas concretas para garantir a segurança de participantes e trabalhadores da

comunicação. Além disso, orientou jornalistas quanto ao direito de interromper suas atividades sempre que houver ameaça à sua integridade. Em nota, lê-se:

Em situações de agressão ou tentativa de cerceamento ao trabalho, a FENAJ recomenda que as vítimas entrem em contato com o sindicato local, façam um Boletim de Ocorrência, tentem obter imagens e identifiquem os agressores, além de buscar testemunhas que possam corroborar os fatos. (FENAJ, 2025, n.p.)

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), em consonância com a posição da FENAJ, reforçou a gravidade do cenário, adotando postura operacional: durante o período carnavalesco, implementou um sistema de plantão para atendimento imediato a jornalistas vítimas de assédio ou violência, oferecendo suporte na formalização de registros policiais e acompanhamento para garantir a responsabilização dos infratores. Em seu site, escreve que “Infelizmente, em uma sociedade em que o discurso e as práticas de ódio insistem em persistir, o espetáculo da alegria pode ser um fator de risco para nossa categoria, que estará realizando a cobertura da festa.” (SJSP, 2025)

O que os casos revelam sobre o debate da segurança de jornalistas

O crescente interesse acadêmico pela temática da segurança de jornalistas reflete a intensificação dos episódios de vulnerabilidade vivenciados por profissionais da imprensa em todo o mundo. Kristin Skare Orgeret e William Tayeebwa (2020) destacam que, enquanto durante toda a Primeira Guerra Mundial apenas dois correspondentes foram mortos, atualmente a média é de um jornalista assassinado a cada cinco dias em razão de sua atividade profissional. Nesse contexto, importantes iniciativas como a Conferência Global do Dia da Liberdade de Imprensa, promovida pela Unesco, e a Conferência Anual de Segurança de Jornalistas, organizada pela Universidade Metropolitana de Oslo, na Noruega,

representam esforços significativos de enfrentamento à problemática, reunindo acadêmicos, profissionais da comunicação e instituições governamentais e não governamentais.

Os estudos da área, bem como os relatórios de monitoramento, costumam concentrar-se na documentação e análise de situações em que a vida ou a liberdade plena do jornalista estão em risco – como assassinatos, encarceramentos, sequestros, exílios forçados ou restrições jurídicas –, geralmente associados às editorias de política ou de polícia. Tal enfoque decorre do fato de que a literatura tende a abordar a segurança dos jornalistas a partir da *ausência* dela, isto é, privilegiando contextos de perigo elevado, como a cobertura de conflitos armados, investigações sobre organizações criminosas ou enfrentamentos diretos com forças políticas (Slavtcheva-Petkova et al., 2023).

Contudo, Slavtcheva-Petkova et al. (2023) defendem a necessidade de ampliação desse escopo para que se alcance uma compreensão mais holística do problema. Nesse sentido, expandem o conceito de “segurança de jornalistas” para o “grau em que os jornalistas podem desempenhar suas atividades profissionais sem enfrentar ameaças à sua integridade e bem-estar físico, psicológico, digital e financeiro” (ibidem, p. 1214). Tal definição permite incorporar ao debate não apenas os riscos à vida, mas também ameaças à saúde mental e emocional, à dignidade do profissional e, em perspectiva mais ampla, à própria classe jornalística.

Os casos aqui analisados exemplificam a relevância dessa expansão conceitual e, conseqüentemente, epistemológica. Tratam-se de episódios em que não houve risco iminente de morte ou privação de liberdade e ocorridos majoritariamente no âmbito da editoria cultural, durante a cobertura de um festejo nacional. Bruno Santos e Josué Amador sofreram agressões físicas – ainda que não letais –, sendo que Amador também foi vítima de furto; Bianka Carvalho e Fabrício Lobel tiveram sua dignidade violada ao receberem, ao vivo, investidas indesejadas de foliões. Já Marcelo Rubens Paiva não se encontrava em exercício profissional, participando da festa em caráter pessoal. Ainda assim, é plausível presumir que o ataque esteja

relacionado à sua notoriedade pública, intensificada naquele período pelas premiações do cinema internacional, nas quais *Ainda Estou Aqui* (Walter Salles, 2024) recebia amplo destaque em todo o Brasil.

Com exceção da agressão a Santos, violentado ao tentar registrar uma briga entre seguranças e populares, os ataques não objetivaram impedir a veiculação de alguma notícia considerada potencialmente danosa. Ao contrário: os agressores de Amador não hesitaram em atacá-lo e furtá-lo durante a transmissão ao vivo; já os de Carvalho e Lobel participaram ativamente da cobertura, manifestando em tom jocoso interesse romântico e sexual nos repórteres. A violência dirigida a jornalistas em períodos carnavalescos, portanto, não parte de interesses individuais, se configurando como sintoma de um processo mais amplo de deslegitimação da profissão na esfera pública, ampliado pela desordem presente no contexto do fato.

Lima, Cunha e Barbosa (2024) observam a ascensão de um discurso de ódio “anti-jornalista” e “anti-mídia”, que inferioriza a função social da profissão e favorece práticas de humilhação e escárnio. Em especial, destacam a intensificação da polarização política como um elemento que potencializa esse cenário, de modo que, para determinados grupos, o compromisso com a informação imparcial passa a ser interpretado como oposição política ou até como atuação inimiga. Assim, torna-se recorrente que profissionais da comunicação, sobretudo aqueles com maior visibilidade midiática, sejam enquadrados como alvos, não por seu trabalho específico, mas por razões essencialmente ideológicas. Nos termos das autoras:

O jornalista experimenta o efeito de exercer uma profissão “pública” passível de receber aclamação, críticas ou até mesmo respostas violentas em grandes proporções.

O trabalho jornalístico pressupõe um compromisso com a transmissão de fatos imparciais; entretanto, muitos jornalistas ficam marcados pela “bandeira” do veículo de informação em que trabalham, ou pelo perfil temático de suas pautas, que se aproximam mais ou menos de questões polêmicas, de conflitos políticos. As produções dos jornalistas podem ser recebidas de maneira muito pessoal pelo público, que está emocionalmente muito envolvido com as questões retratadas. O público que assumiu um lado designa uma posição para esse trabalhador, podendo identificá-lo

como um aliado ou como um rival nesta disputa ideológica. (Lima; Cunha; Barbosa, 2024, p. 8)

É nesse sentido que Marcelo Rubens Paiva, após a agressão, declarou: “O Brasil está difícil e ele [o agressor] não deve ter visto o filme” (Patriarca; Meirelles, 2025, n.p.), em referência à obra que narra a repressão sofrida por sua família durante os anos mais duros da ditadura militar brasileira. Tanto o longa-metragem quanto o livro que lhe serviu de base consolidaram-se como símbolos de resistência frente à ascensão da extrema direita, que, em defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro, chegou a clamar por anistia à tentativa de golpe de Estado de 2023 e pela intervenção militar.

Os episódios analisados também evidenciam a urgência de ampliar o debate sobre medidas de segurança no interior das próprias redações, de modo que essas práticas não se restrinjam a editorias tradicionalmente associadas ao risco, mas sejam incorporadas transversalmente a todas as áreas do jornalismo, o que implica a elaboração de protocolos específicos para diferentes contextos de cobertura, levando em conta suas singularidades e vulnerabilidades. O jornalismo cultural, em particular, exige atenção redobrada tanto nas coberturas presenciais de eventos que induzem aglomerações quanto na repercussão das matérias produzidas. Nessas situações, os riscos se apresentam em duas frentes distintas: no espaço físico, a vulnerabilidade dos repórteres é potencializada por contextos de superlotação, frenesi e ausência de infraestrutura adequada de segurança; já no ambiente digital, a natureza opinativa e interpretativa típica do jornalismo cultural frequentemente desperta reações intensas de públicos engajados, como fãs e *haters* – dinâmica que favorece a proliferação de discursos de ódio, ataques pessoais e campanhas coordenadas de difamação, configurando um campo de risco que extrapola a dimensão física e adentra o psicológico e o simbólico. No caso do carnaval, em que são recorrentes brigas, furtos e episódios de assédio, torna-se pertinente questionar se não caberia às empresas de comunicação enviar repórteres acompanhados por equipes de segurança institucional. A ausência de tais diretrizes revela não apenas a

naturalização da precariedade no exercício da profissão, mas também a dificuldade das redações em reconhecer que festividades culturais podem representar ambientes de risco comparáveis a coberturas tradicionalmente vistas como “perigosas”.

Referências

AINDA Estou Aqui. Direção de Walter Salles. Direção:Walter Salles [S.l.]: Sony, 2024.

ARANTES, Nélío. Pequena História do Carnaval no Brasil. **Revista Portal de Divulgação**, n.29, 2013

CNN BRASIL. Repórter é atingido com jato de espuma e tem celular furtado no RJ. **CNN Brasil**, Rio de Janeiro, 1º mar. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/reporter-da-globo-tem-celular-furtado-ao-vivo-apos-receber-jato-de-espuma-no-rj/>. Acesso em: 17 set. 2025.

DIÁRIO DO NORDESTE. Repórter da Globo leva cantada de folião e é pedida em casamento no Carnaval de Recife. **Diário do Nordeste**, [S.l.], 01 mar. 2025. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/entretenimento/zoeira/reporter-da-globo-leva-cantada-de-folião-e-e-pedida-em-casamento-no-carnaval-de-recife-1.3625296>. Acesso em: 12 set. 2025.

FENAJ alerta para violência contra jornalistas na cobertura carnavalesca. **FENAJ**. [S.l.], 27 fev. 2025. Disponível em: <https://fenaj.org.br/fenaj-alerta-para-violencia-contr-jornalistas-na-cobertura-carnavalesca/>. Acesso em: 18 set. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Repórter da Folha é agredido por seguranças do Baixo Augusta em desfile de bloco. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 25 fev. 2025. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/02/reporter-da-folha-e-agredido-por-seguranças-do-baixo-augusta-em-desfile-de-bloco.shtml. Acesso em: 17 set. 2025.

LIMA, Laura Camara; CUNHA, Rafaella Carnevalli; BARBOSA, Bruna da Silva. Jornalistas vítimas de violência: estudo das circunstâncias e repercussões subjetivas. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. l.], v. 27, p. e-209046, 2024.

MANGUEIRA. **História pra Ninar Gente Grande**. Rio de Janeiro, 2019.

NOTÍCIAS DA TV. Jornalista da Globo fica sem graça com coro de “repórter gostoso” no Carnaval. Notícias da TV, **UOL** [S.l.] 03 mar. 2025. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/jornalista-da-globo-fica-sem-graca-com-coro-de-reporter-gostoso-no-carnaval-132986>. Acesso em: 12 set. 2025.

OLIVEIRA, Anna. Repórter da Globo tem celular roubado no Carnaval do Rio de Janeiro. **UOL**, [S.l.], 01 mar. 2025. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/carnaval/noticias/redacao/2025/03/01/reporter-globo-celular-roubado-carnaval-rio-de-janeiro.htm>. Acesso em: 12 set. 2025.

OLODUM. **Protesto do Olodum**. Salvador: Warner Music Brasil Ltda.: 1988.

ORGERET, Kristin S.; TAYEEBWA, William. Introduction: Rethinking Safety of Journalists. **Media and Communication**, v. 8, n. 1, p. 1, 25 fev. 2020.

PALMARES, Fundação Cultural. Começa maior festa popular do mundo. **Gov.br**, Brasília, 08 fev. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/comeca-maior-festa-popular-do-mundo>. Acesso em: 18 set. 2025.

PATRIARCA, Paola; MEIRELLES, Matheus. Escritor Marcelo Rubens Paiva desfila como porta-estandarte do bloco Baixo Augusta em SP. **G1**, São Paulo, 23 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2025/noticia/2025/02/23/escritor-marcelo-rubens-paiva-desfila-como-porta-estandarte-do-bloco-baixo-augusta-em-sp.ghtml>. Acesso em: 12 set. 2025.

RIBEIRO, Djamila. Violência no Carnaval. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20 fev. 2025. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2025/02/violencia-no-carnaval.shtml>. Acesso em: 18 set. 2025.

SJSP organizará plantão contra a violência de jornalistas durante o Carnaval. **SJPS**. [S.l.], 13 mar. 2025. Disponível em: <https://sjsp.org.br/sjsp-organizara-plantao-contra-a-violencia-de-jornalistas-durante-o-carnaval/>. Acesso em: 18 set. 2025.

SLAVTCHEVA-PETKOVA, Vera. et al. Conceptualizing Journalists' Safety around the Globe. **Digital Journalism**, v. 11, n. 7, p. 1–19, 25 jan. 2023.

Capítulo 5

Caso Renaud Philippe: agressão a jornalistas na cobertura de retomadas indígenas em Mato Grosso do Sul



Diego Macedo e Mylena Fraiha

A violência que os jornalistas que cobrem questões indigenistas, como a questão por demarcação de terras originárias e luta pela conservação do meio ambiente, é recorrente e explicitada de diferentes formas no Brasil e na América Latina. Um caso recente que ganhou significativa repercussão, tanto a nível nacional quanto internacional, foi do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista brasileiro Bruno Pereira, assassinados em junho de 2022 na terra indígena Vale do Javari, no Amazonas. Os assassinatos foram cometidos por pescadores ilegais que atuavam na região, liderados por Amarildo da Costa Oliveira, conhecido como “Pelado”. Ele e outros envolvidos foram presos e confessaram participação no crime. Segundo investigações da Polícia Federal, trata-se de um grupo criminoso que explorava pesca em terras indígenas, o que é proibido por lei.

O presente capítulo analisa um caso de menor notoriedade mas igual relevância, ocorrido em de 2023 em uma área de retomada guarani-kaiowá da Fazenda Maringá, em Iguatemi (MS), a 460 km de Campo Grande (MS). O episódio ocorreu no dia 22 de novembro daquele ano, quando um grupo de pistoleiros, contratados por fazendeiros da região, cercou um grupo de documentaristas – composto pelo jornalista canadense Renaud Philippe e pela antropóloga Ana

Carolina Mira Porto, que estavam acompanhados pelo engenheiro florestal Renato Farac Galata.



*Sentados, da esquerda para a direita: Renaud Philippe, Ana Carolina Porto e Renato Farac Galata.
Em volta, indígenas com os quais trabalharam.
(Foto: The Media Co-op)*

A dupla de reportagem (Renaud e Ana Carolina) estava na região sul de Mato Grosso do Sul para captar imagens e informações para o livro “Retomada”, um fotodocumentário ainda não publicado que retrata a luta dos povos indígenas pela recuperação de seus territórios ancestrais. Depois de visitarem alguns locais de filmagem e participarem da Assembleia Aty Guasu, dos guarani-kaiowá, em Caarapó (MS), eles se dirigiram à região de Iguatemi, mas foram surpreendidos por uma barreira formada por 30 caminhonetes em uma estrada vicinal. Os três foram cercados antes de chegarem ao local do conflito e foram agredidos com socos e chutes por homens em caminhonetes, alguns deles encapuzados, que estariam a serviço dos produtores rurais da região. Philippe foi o principal alvo e, além das agressões, teve o cabelo cortado com uma faca. O grupo também roubou celulares, câmeras fotográficas e documentos da equipe. O caso chegou a ser registrado em

vídeo e foi veiculado por jornais da região. As agressões, conforme relataram, aconteceram no entroncamento da MS-295, na área de Pyelito Kue, onde havia uma ocupação de indígenas guarani-kaiowá em fazendas da região.

Em entrevista ao Campo Grande News, Ana Carolina afirmou que os agressores estavam armados e invadiram o veículo, espancando o grupo. Ela ainda relatou que os equipamentos roubados causaram um prejuízo de cerca de 20 mil dólares (Fraiha, 2025).

Após o incidente, um boletim de ocorrência foi registrado na delegacia da Polícia Civil de Amambai (MS), entretanto, posteriormente, foi transferido para a Polícia Federal de Naviraí, que assumiu o caso para avaliar a “possível conexão entre o conflito envolvendo indígenas e fazendeiros naquela região” (Frias, 2024, n.p.), o que configuraria competência da Justiça Federal. Para isso, ouviu o relato dos documentaristas.

No dia 4 de dezembro de 2023, o delegado Adenilton Figueiredo do Carmo, conforme despacho encaminhado ao Ministério Público Federal (MPF), avaliou que o caso não ocorreu no “contexto de conflito fundiário envolvendo indígenas da Aldeia Pyelito Kuê e fazendeiros locais” (Frias, 2024, n.p.).

(...) verifica-se que as vítimas não são indígenas, bem como a localidade onde ocorreram os fatos não é considerada como território indígena (...) O fato de as vítimas deslocarem para cobrir a retomada indígena que ocorria nas proximidades da Fazenda Maringá, tendo sido interpelados ainda no trajeto, não tem o condão de atrair a competência da Justiça Federal para processar e julgar os fatos, e a reboque, a Polícia Federal não teria a atribuição legal para continuar com as investigações, sob pena de usurpação das funções da Polícia Civil do Estado do Mato Grosso do Sul (ibidem, 2024, n.p.).

Em agosto do ano passado, na Vara Única de Iguatemi, o juiz Antônio Adonis Mourão Junior, mandou certificar o Ministério Público Estadual (MPE) e remeter o inquérito à Polícia Civil de Iguatemi, para continuidade das investigações. No entanto, até aquele momento, a delegacia de Iguatemi não havia recebido qualquer notificação sobre o caso, deixando a investigação em um estado de indefinição. Até o momento nenhum dos responsáveis pelo ataque foi responsabilizado e punido.

Na época, a Embaixada do Canadá foi informada sobre o incidente e está prestando assistência consular ao jornalista canadense. Organizações como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) manifestaram preocupação com o andamento das investigações e cobraram punição aos responsáveis pelas agressões (Apib, 2023; Ferreira, 2023).

Após o incidente, Philippe e Ana Carolina deixaram o estado, retornando em maio de 2024, sob escolta da Força Nacional, para concluir o projeto documental que estavam desenvolvendo. O resultado desse trabalho é o livro "Retomada" (Philippe, Mira, 2025), um fotodocumentário que retrata a luta dos povos indígenas, incluindo as áreas de retomada no Mato Grosso do Sul.

Contexto do conflito

A Terra Indígena (TI) Iguatemipeguá I está localizada no município de Iguatemi, no estado de Mato Grosso do Sul, e é tradicionalmente habitada pelos povos Guarani-Kaiowá e Nandeva. Com uma extensão de aproximadamente 41.571 hectares, essa TI inclui os tekoha (territórios tradicionais) de Pyelito Kue e Mbarakay.

O processo de reconhecimento oficial da TI Iguatemipeguá I teve um avanço significativo em 7 de janeiro de 2013, quando a Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovou os estudos de identificação e delimitação da área. Essa aprovação foi formalizada por meio de despacho publicado no Diário Oficial da União em 8 de janeiro de 2013.

Apesar desse progresso inicial, o processo de demarcação não avançou para as etapas subsequentes. Até o momento, a terra indígena permanece na fase de "Delimitada", conforme a base de dados sobre Terras Indígenas do Brasil, do

Instituto Socioambiental (S.d.). Isso significa que, embora a área tenha sido identificada e delimitada, ainda não foi oficialmente declarada, homologada ou registrada — etapas essenciais para a garantia plena dos direitos territoriais dos povos indígenas sobre a terra. Não há, até hoje, registro da emissão da portaria declaratória pelo Ministério da Justiça, etapa necessária para a continuidade do processo.

A indefinição no processo de demarcação tem contribuído para um cenário de intensos conflitos fundiários na região. Em outubro de 2012, por exemplo, a comunidade de Pyelito Kue/Mbarakay ganhou destaque nacional e internacional ao divulgar uma carta manifestando sua disposição de resistir até a morte diante das ameaças de expulsão de seu território tradicional.

Além disso, há relatos de que, em setembro de 2015, indígenas que haviam retomado parte de seu território tradicional foram removidos à força. Na época, segundo informações da Funai em Ponta Porã (MS), pelo menos oito pessoas ficaram feridas — entre elas, idosos e uma delas gestante (Carvalho, 2015).

Essa paralisação no processo de demarcação mantém as comunidades Guarani-Kaiowá de Mato Grosso do Sul em situação de extrema vulnerabilidade, sujeitas a constantes ameaças e sem acesso pleno ao seu território tradicional. Diante desse contexto, surgem as chamadas “retomadas” — termo utilizado pelos povos indígenas, especialmente os Guarani-Kaiowá, para nomear o processo de reocupação de territórios tradicionalmente seus, que foram invadidos e apropriados por fazendeiros, sobretudo durante a expansão agropecuária e o ciclo da erva-mate no Centro-Oeste brasileiro, entre os séculos XVII e XX. Diante da lentidão do Estado brasileiro na demarcação das terras, muitos indígenas se veem obrigados a *retomar* suas áreas por conta própria, mesmo sob o risco de violência.

Segundo dados do ISA (S.d.), Mato Grosso do Sul possui 68 terras indígenas identificadas, o que representa apenas 3% do território do estado. Entre elas, apenas 22 áreas Guarani-Kaiowá e Nandeva estão demarcadas, somando 25.356 hectares. Outras 10 terras já foram identificadas ou declaradas como de ocupação tradicional

guarani, mas seguem sem demarcação, totalizando 185 mil hectares. Há ainda outras 16 terras em processo de identificação.

Análise

Durante o episódio de agressão a jornalistas em Mato Grosso do Sul, manifestaram-se diferentes formas de violência que extrapolam o ataque físico. A violência física se deu por meio de socos, chutes e até mesmo pelo corte forçado do cabelo de um dos profissionais, configurando não apenas agressão corporal, mas também humilhação simbólica.

No campo patrimonial, os agressores quebraram e roubaram equipamentos como câmeras, celulares e microfones, comprometendo o trabalho jornalístico e causando prejuízos materiais significativos. Já a violência estatal se expressou na omissão e falta de colaboração das forças policiais durante e após os fatos, na morosidade das investigações e na ausência de responsabilização dos autores, o que reforça um cenário de impunidade e desamparo institucional para profissionais da imprensa que atuam em contextos de conflito.

A violência sofrida pelo jornalista Renaud Philippe e sua equipe não pode ser compreendida apenas como um episódio isolado de agressão física. O caso revela dimensões mais profundas do fenômeno, que se encaixam nas definições de violência estrutural e cultural formuladas por Johan Galtung (1969, 1990) e aprofundadas por Taylor O'Connor (2020).

A violência estrutural está presente na morosidade do Estado em oferecer resposta institucional eficaz ao ataque, nas decisões judiciais que recusaram o enquadramento federal da investigação e no histórico de indefinição da demarcação das terras indígenas, que perpetua o conflito fundiário e expõe jornalistas e defensores de direitos humanos à insegurança.

Já a violência cultural se manifesta na naturalização dessas agressões, no silenciamento simbólico de jornalistas que cobrem pautas sensíveis como a luta indígena, e na forma como essas narrativas são frequentemente deslegitimadas nos meios institucionais. Como aponta Galtung (1990), quando aspectos da cultura — como ideologias políticas, discursos sociais ou práticas institucionais — servem para justificar ou minimizar a violência, estamos diante de uma forma insidiosa de dominação simbólica, que dificulta o reconhecimento da própria violência.

Essa camada de invisibilidade foi reforçada pelo argumento da Polícia Federal de que, como as vítimas não eram indígenas e os ataques ocorreram fora da área de retomada, o caso não configurava conflito fundiário. Esse raciocínio burocrático obscurece o contexto da agressão e ignora o papel do jornalista como observador legítimo de conflitos sociais. O efeito é a perpetuação de uma violência institucionalizada, que fragiliza não apenas os profissionais da imprensa, mas também o próprio direito à informação da sociedade.

O caso também evidencia, com clareza, a importância do conceito de *newsafety* como paradigma contemporâneo para compreender os riscos enfrentados por jornalistas. Conforme discutido por Westlund, Krøvel e Orgeret (2023), o *newsafety*, oferece uma lente fundamental para analisar esse tipo de episódio, pois se afasta da visão reducionista de segurança como mera proteção física e se alinha a uma leitura sociotécnica e integrada da prática jornalística. Para os autores, a segurança jornalística deve ser analisada em três frentes interdependentes: infraestruturas, prática e consequências. No caso em análise, os três pilares foram comprometidos:

- **Infraestruturas:** O ataque resultou na destruição de equipamentos, perda de dados e no comprometimento das condições materiais de trabalho, o que demonstra a vulnerabilidade tecnológica do jornalista em campo;
- **Prática:** A própria execução do trabalho investigativo foi interrompida. A equipe foi forçada a abandonar a cobertura e retornar ao estado de origem, podendo concluir o projeto somente meses depois, sob escolta da Força

Nacional — uma situação que inverte a lógica de liberdade de imprensa para uma de jornalismo sob vigilância;

- **Consequências:** As sequelas psicológicas e o trauma gerado pelo ataque não são visíveis, mas devem ser considerados dentro de uma análise ampla da segurança jornalística. O impacto emocional e simbólico dos ataques pode desencadear estresse crônico, medo, retraimento profissional e até autocensura, com efeitos negativos para toda a cadeia de produção da informação.

A agressão a Renaud Philippe e Ana Carolina Mira Porto também se insere em um movimento mais amplo de deslegitimação da imprensa e criminalização simbólica de jornalistas em atuação em zonas de conflito social. Com base nos trabalhos de Burgess & Hurcombe (2019) e Seabra (2020), pode-se inferir que o jornalismo atual opera em um ambiente paradoxal: por um lado, é fundamental para a construção democrática; por outro, é cada vez mais percebido como ameaça por grupos que desejam manter hegemonias políticas, econômicas ou culturais.

Em regiões como o sul do Mato Grosso do Sul, onde há forte presença de interesses do agronegócio, a figura do jornalista que atua ao lado de comunidades indígenas é frequentemente associada ao “inimigo externo” — aquele que busca desestabilizar uma ordem territorial historicamente imposta. Essa lógica de “guerra simbólica” contra o jornalismo investigativo é reforçada por regimes de visibilidade seletiva, em que apenas certas narrativas são validadas como legítimas, enquanto outras são alvejadas por discursos de ódio, ameaças ou violência direta.

O caso de Philippe e Mira Porto escancara a fragilidade institucional diante dessa realidade. Mesmo com cobertura da mídia, apoio de entidades como a Abraji e repercussão internacional, o Estado brasileiro se mostrou incapaz de oferecer justiça. Isso demonstra que, para além da agressão física, há um ataque à própria legitimidade do jornalismo como atividade profissional e pública, colocando em

risco não apenas os jornalistas, mas os próprios fundamentos democráticos da liberdade de imprensa e do direito à informação.

Por fim, é essencial discutir como a violência contra jornalistas gera um ciclo vicioso de autocensura (Larsen, Fadnes & Krøvel, 2020; Julie Posetti, 2021). Quando jornalistas são agredidos, perseguidos ou desacreditizados sem que haja responsabilização efetiva dos agressores, o efeito é o empobrecimento da cobertura jornalística sobre temas sensíveis. No caso analisado, mesmo com o retorno à região, foi necessário o apoio da Força Nacional para concluir o trabalho. Essa necessidade de proteção armada para exercer o jornalismo revela o nível extremo de hostilidade enfrentado por profissionais em determinadas regiões e sobre determinadas pautas.

A autocensura, aqui, pode se dar em várias camadas: jornalistas que evitam determinadas pautas; editores que se recusam a publicar matérias por medo de represálias; e empresas jornalísticas que cortam investimentos em coberturas consideradas “problemáticas”. A consequência é a construção de uma esfera pública mutilada, em que o debate democrático é enfraquecido pela ausência de informação e pela imposição do medo como ferramenta de controle.

Esse cenário, agravado pela impunidade e pela negligência institucional, reforça a necessidade urgente de políticas públicas de proteção a jornalistas, protocolos de segurança aprimorados e uma cultura de valorização da liberdade de imprensa como fundamento da democracia.

Referências

- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL – APIB. DENÚNCIA: Indígenas desaparecem e são encontrados feridos em área de conflito, no MS. **Apib**, 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/11/23/denuncia-indigenas-desaparecem-e-sao-encontrados-feridos-em-area-de-conflito-no-ms/>. Acesso em: 15 set. 2025.
- BURGESS, Jean; HURCOMBE, Elizabeth. Digital Journalism as Symptom, Response, and Agent of Change in the Platformed Media Environment. **Digital Journalism**, v. 7, n. 3, p. 359–367, 2019.

CARVALHO, Cleide. Funai confirma oito feridos em ataque a comunidade indígena no MS. **O Globo**. 18 set. 2015. Disponível em: <http://glo.bo/46LXQeX>. Acesso em: 29 set. 2025.

FERREIRA, Isadora. Jornalista canadense agredido no Mato Grosso do Sul relata temer forças de segurança. **ABRAJI**, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4iXeqgJ>. Acesso em: 8 maio 2025.

FRAIHA, Mylena. Jornalista que foi agredido em MS lançará livro sobre retomadas indígenas. **Campo Grande News**. 28 mar. 2025. Disponível em: <https://bit.ly/4ciAnnW>. Acesso em: 8 maio 2025.

FRIAS, Silvia. Investigação sobre agressão a jornalista canadense fica “no limbo” em MS. **Campo Grande News**, 22 out. 2024. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/investigacao-sobre-agressao-a-jornalista-canadense-fica-no-limbo-em-ms>. Acesso em: 15 set. 2025.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167–191, 1969.

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291–305, 1990.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Terra indígena Guyraroká**. [S.d.] Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/5363>. Acesso em: 8 maio 2025.

LARSEN, Anna. G.; FADNES, Ingrid; KRØVEL, Roy (org.). **Journalists’ Safety and Self-Censorship**. London: Routledge, 2020.

O’CONNOR, Taylor. A Typology of Violence: Mapping Structural and Cultural Violence. **Medium**. 2020. Disponível em: <https://medium.com/skilluped/a-typology-of-violence-6abc98247355>. Acesso em: 8 maio 2025.

PHILIPPE, Renaud; MIRA, Carol. **Retomada**. Paris, França: Four Eyes Éditions, 2025.

SEABRA, Cristina. Jornalismo, democracia e afetos: ódio, medo e ressentimento no primeiro ano do governo Bolsonaro. **Revista ComPolis**, v. 1, n. 1, p. 84–112, 2020.

WESTLUND, Oscar; KRØVEL, Roy; ORGERET, Kristin Skare. Newsafety: Infrastructures, Practices and Consequences. **Journalism Practice**, v. 16, n. 9, p. 1811–1828, 14 out. 2022.

Autores

Diego Macedo é diretor de Marketing da Capital Informação, agência de comunicação integrada especializada em TI e Telecom. Formado em jornalismo pela USP e em produção fonográfica pela Universidade Anhembi Morumbi, com pós-graduação em marketing pela UNICSUL, estuda as relações entre tecnologia, imprensa e iniciativa privada. Atua também como freelancer nas áreas de Sustentabilidade e Educação.

Edgar Wilfford Miranda Alvino é graduado em Comunicação Social pela Universidade Católica Boliviana San Pablo (UCB/CBBA). Pesquisa temas como liderança política, desinformação e teorias da comunicação, com foco em juventudes e fenômenos digitais. Fora da academia, atua como estratégia de Comunicação na Fundação Mano a Mano Internacional na Bolívia.

Mario Sergio Assumpção de Andrada e Silva é formado em Economia (FEA-USP), mas construiu a sua carreira no jornalismo. Foi Repórter e Editor, na Folha de São Paulo, TV Cultura, Jornal do Brasil e CBS Telenotícias. Atuou como correspondente internacional em Paris (Folha de SP), Londres (Jornal do Brasil) e Miami (Jornal do Brasil e CBS). Depois de passar 10 anos no exterior, voltou ao Brasil para trabalhar na Reuters, onde foi editor Executivo para a América Latina por 9 anos. Em seguida, assumiu uma posição na Nike (Diretor de comunicação para mercados emergentes das Américas). Mario foi Diretor Executivo de Comunicação dos Jogos Olímpicos Rio-2016. Mestre em ciências da comunicação pela ECA-USP, cursa o Doutorado com uma pesquisa sobre a dramaturgia das crises comunicacionais.

Mylena Fraiha é repórter no Campo Grande News, jornalista e mestre em Comunicação pela UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). Cofundadora da Revista Badaró, dedicada ao jornalismo em quadrinhos. Atua também como freelancer em veículos independentes, com foco em política, meio ambiente e direitos humanos.

Natália de Sena Carneiro é mestranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e jornalista formada pela Universidade São Judas Tadeu. Desenvolve pesquisa em análise do discurso de editoriais contrários à política de cotas raciais nos principais veículos de comunicação do país. Fora da academia, atua como diretora da Casa Sueli Carneiro e coordenadora de comunicação do Geledés – Instituto da Mulher Negra.

Letícia Assis Almeida da Silva é mestranda em Meios e Processos Audiovisuais pela Universidade de São Paulo (USP), com experiência em produção televisiva e pesquisa em jornalismo, documentário e comunicação digital.

Lizete Nóbrega doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade de São Paulo, mestra em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e jornalista formada pela mesma instituição. Pesquisadora do grupo de pesquisa Jornalismo, Direito e Liberdade, do Instituto de Estudos Avançados e da Escola de Comunicações e Artes da USP. É coordenadora no Aláfia Lab, organização da sociedade civil brasileira que produz conhecimento sobre o ambiente informacional no Brasil.

Rafael Rodrigues Pereira é mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa - Portugal. Graduando em Jornalismo pela Faculdade Católica Paulista. Pós-graduando em Docência no Ensino Superior pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós-graduado em Produção e Práticas Jornalísticas na

Contemporaneidade pela Faculdade Cásper Líbero. Bacharel em Letras Português pela Universidade de São Paulo. Pesquisador de gênero e sexualidade no Jornalismo e membro do Grupo de Estudos e Observação das Mulheres na Mídia (UFES).

Riza Amaral Lemos é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em Educação no Ensino Fundamental pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Ouro Preto, mestra em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Coordenadora Pedagógica e Produtora Executiva da EducaTV, emissora da Secretaria Municipal de Educação de Campinas. Professora da Universidade Padre Anchieta e da Cogna Educacional. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos (GEPEJA/Unicamp) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas Aplicadas às Tecnologias Digitais na Educação de Crianças (GEPPPATEC - NEPP/Unicamp).

Vitória Paschoal Baldin é doutoranda e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), com atuação em estudos sobre ativismo digital, imagem e as comunidades palestinas. Pesquisa sobre mediação tecnológica, liberdade de expressão e plataformas digitais e é integrante do grupo de pesquisa COM+ e do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM).

Organizadoras

Aianne Amado é doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo e mestre na mesma área pela Universidade Federal de Sergipe. Pesquisa cultura pop, fãs, cultura digital e Economia Política da Comunicação. Fora da academia, atua como crítica cinematográfica e jornalista cultural. Integra o Núcleo de Estudos em Gênero e Interseccionalidades na Comunicação (GENI/UFS); OBSCOM/CEPOS (UFS) e Jornalismo, Direito e Liberdade (JDL/USP).

Daniela Osvald é jornalista, doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA/USP). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo. Coordenadora do grupo de pesquisa OBCOM – Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura. Membro do projeto internacional *“Safety Matters: Research and Education on the Safety of Journalists in Cooperation between Norway/Brazil/South Africa and USA”*, liderado pela Oslo Metropolitan University (OsloMet) e financiado pelo *Research Council of Norway*. Colaboradora do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP).

Elizabeth Saad é Elizabeth Nicolau Saad Corrêa é professora titular sênior do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP. Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação na mesma instituição, coordena e orienta pesquisas de mestrado e doutorado sobre comunicação digital. É coordenadora do grupo de pesquisa COM+, registrado no CNPq, palestrante/componente do *Digital Journalism Research Group*, da Oslo Metropolitan University e membro do projeto internacional *“Safety Matters: Research and*

Education on the Safety of Journalists in Cooperation between Norway/Brazil/South Africa and USA”, liderado pela Oslo Metropolitan University (OsloMet) e financiado pelo Research Council of Norway. Colaboradora do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP).